

Relatório de Estágio na Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP

Francisco da Costa Sequeira Gusmão

Relatório do estágio para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Ricardo Real Pedrosa de Sousa

setembro de 2022

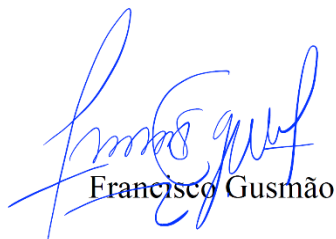
Página em Branco

Declaração de Integridade

Eu, Francisco da Costa Sequeira Gusmão, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M10602 de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 28 /09 /2022



Francisco Gusmão

Página em Branco

Dedicatória

Aos meus amados pais Manuel Gomes (Manecas) e Cristina Maria Gusmão, meus irmãos Anoi, João, Aju, Sofia, Afunu e Aruby, grato pelo carinho e compreensão sempre manifestado, mesmo nos momentos de ausência, e acima de tudo, a Deus.

Página em Branco

Agradecimentos

O trabalho levado a cabo para este estágio não teria sido possível sem o apoio e incentivo dos que me acompanharam nesta caminhada. Foram muitas as pessoas que, amavelmente, colaboraram e cooperaram, direta e indiretamente. Neste trabalho. Neste sentido, não posso deixar de expressar a minha enorme gratidão pelo empenho demonstrado, em diferentes níveis, por várias pessoas.

Aos meus pais, Manuel Gomes (Manecas) e Cristina Maria Gusmão e irmãos Anoi, João, Aju, Sofia, Afunu e Aruby pelo carinho e suporte incondicional.

Agradeço ao Professor Doutor Ricardo Sousa a disponibilidade e apoio manifestado durante a orientação deste relatório.

À supervisora Dra. Andreia Pires, pelo contributo, conselho, ajuda e amizade na coorientação.

À Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP, pelo acolhimento, apoio e ensinamentos durante a realização do estágio.

À embaixadora Marina Ribeiro Alkatiri, embaixadora Isabel Guterres, Dr. Alvaro Araújo, Dra. Gisela Tavares, Dra. Dorinha Gabriela, Dra. Diva Magno Sra. Antonieta Pereira e Sr. José António pela amizade, convivência, cooperação paciência e companheirismo, que permitiram uma boa integração no ambiente de trabalho.

Ao meu amigo Dr. João Manuel Antunes pelo acolhimento, colaboração e apoio durante o tempo em que estive na Covilhã.

À Dra. Goretti Valente pelo valioso apoio e atenção no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Pedro Saraiva pela amizade colaboração, apoio e companheirismo durante todo o meu percurso académico.

À comunidade timorense na Covilhã e a todos os colegas que me acompanharam durante os meus estudos, o meu sentido “bem-haja”.

Página em Branco

Resumo

Este relatório de estágio pretende dar a conhecer a atividade desenvolvida na Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP, para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais na Universidade da Beira Interior. É constituído por 3 capítulos onde apresento em primeiro lugar a Instituição, a sua função e funcionamento enquanto missão diplomática. Depois apresento as atividades diversificadas aí desenvolvidas e as aprendizagens retiradas. Posteriormente faço uma análise crítica e reflexiva, onde registo as oportunidades de aprendizagem mais relevantes, os pontos fortes e fracos. Faço também o registo do meu crescimento pessoal e profissional que me motivou a pensar nesta atividade como futura carreira profissional.

Palavras-chave

Timor-Leste; CPLP; Diplomacia; Relações Internacionais.

Página em Branco

Abstract

This report intends to explore the activity developed by the Permanent Mission of Timor-Leste with the CPLP as a request to obtain the Master's Degree at the University of Beira Interior. It consists of 3 chapters. First, I present the Institution, its function, and procedures as a Mission. I also present the activities developed, the lessons I have learned, and a critical and reflective analysis, where the most relevant learning opportunities, strengths, and weaknesses are recorded. Finally, I record my personal and professional growth that motivated me to think of this activity as my future professional career.

Keywords

Timor-Leste; CPLP; Diplomacy; International relations.

Página em Branco

Índice

Dedicatória	iii
Agradecimentos	vii
Resumo	ix
Palavras-chave	ix
Abstract.....	xi
Keywords	xi
Lista de Figuras	xv
Lista de Tabelas	xvii
Lista de Acrónimos e Siglas	xix
Introdução	1
Capítulo I – Análise de Timor-Leste enquanto ator internacional	5
Contextualização histórica de Timor Lorosa'e	5
Política Externa de Timor-Leste.....	8
A importância da CPLP nas relações internacionais de Timor-Leste	22
Capítulo II – Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP	27
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)	27
Caracterização da MPTL.....	29
Composição hierárquica das Instituições.....	30
Atividades da CPLP em cooperação com a MPTL junto da CPLP	37
Capítulo III – Estágio Curricular	41
Projeto de estágio: objetivo das atividades previstas	41
Atividades realizadas no estágio.....	42
Comentário político-diplomático / Anotação político-diplomática.....	47
Assistência Protocolar	47
Atividades gerais.....	48
Análise crítica e reflexiva do Estágio	49
Considerações Finais	52
Referências bibliográficas	55

Página em Branco

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa de Timor-Leste (Timor Gap e zona de cooperação)

Figura 2 – Organigrama da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Figura 3 - Organigrama da Missão Permanente de Timor-Leste junto da
CPLP

Página em Branco

Lista de Tabelas

Tabela 1- Reuniões de Comité Concertação Permanente

Página em Branco

Lista de Acrónimos e Siglas

- ADF - Australian Defence Force (Força de Defesa Australiana)
- APEC - Cooperação Económica Ásia-Pacífico
- APODETI - Associação Popular Democrática Timorense
- ARF - Fórum Regional da ASEAN
- ASDT - Associação Social Democrática Timorense
- ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático
- CCP - Comité Concertação Permanente
- CPLP - Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
- DAC – Comité de Assistência ao Desenvolvimento
- ECCAS - Comunidade Económica dos Estados da África Central
- UE - União Europeia
- EUA- Estados Unidos de América
- FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
- GT-CCP - Grupo de Trabalho da Comité Concertação Permanente
- IILP - Instituto Internacional de Língua Portuguesa
- INTERFET - Internacional Force East Timor (Força Internacional Timor-Leste)
- KOTA - Klibur Oan Timor Asuawain
- MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
- MFA - Movimentos das Forças Armadas
- MNEC - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
- MPTL - Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ONG - Organizações Não Governamentais
- PAA - Plano de Ação Anual
- PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- RDTL - República Democrática de Timor-Leste
- SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
- UDT - União Democrática Timorense
- UNTAET - United Nations Transitional Administration in East Timor (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste)

Página em Branco

Introdução

O presente relatório refere-se ao estágio efetuado na Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP, em Lisboa, no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior, no ano letivo de 2021/2022. Teve a duração de 4 meses: outubro a dezembro, tendo sido, posteriormente, prolongado. Teve como supervisora a Dra. Andreia Pires, membro desta organização, responsável pela área político-diplomática.

O objetivo principal deste estágio foi observar e aprender a forma como é realizada e transmitida a política externa de Timor-Leste junto da CPLP, sobretudo no que diz respeito aos fatores de cooperação e desenvolvimento entre os Estados membros desta Comunidade.

A CPLP é um fórum multilateral responsável pelo aprofundar da amizade e cooperação mútua entre os seus membros. Foi criada em 17 de julho de 1996 e tem como objetivos gerais as consultas políticas e diplomáticas entre os Estados membros, ou seja, o fortalecimento da sua presença no cenário internacional e cooperação em várias esferas de influência, isto é, económica, cultural, social, política (CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa , 2022).

As razões que me levaram a escolher a Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP (MPTL-CPLP) para a realização do estágio são várias, entre elas, o facto de eu ser um estudante/cidadão timorense, pertencer a uma instituição diplomática no exterior, relacionada com o meu Mestrado de Relações Internacionais, onde me era possível pôr em prática os conteúdos teóricos aprendidos na Universidade, e por ser uma atividade profissional interessante, abrangente e necessária para o desenvolvimento do meu país. Esses factos despertaram em mim o gosto de a desenvolver e realizar futuramente.

Esta Missão em Lisboa, serve como elo de ligação entre a CPLP e Timor-Leste no que diz respeito às questões diplomáticas, à cooperação, difusão da língua portuguesa e ação cultural. Conta com dois diplomatas e 6 colaboradores, que desenvolvem atividades em áreas diversificadas muito importantes para o desenvolvimento económico, educativo e social da cultura timorense. Por ser uma Missão Diplomática, atua em conformidade com as regras de diplomacia já estabelecidas. A discussão na CPLP de vários temas tem sempre como base a promoção da paz e a ajuda ao desenvolvimento dos vários Estados membros.

Neste relatório analiso e observo a forma de atuação de Timor-Leste junto da CPLP, assim como o seu papel na Comunidade dos Estados membros. Nesta análise e observação, fundamento a minha aprendizagem prática e valido as aprendizagens

adquiridas durante a realização do curso na Universidade. A metodologia que se aplica fundamenta-se na investigação qualitativa, mais concretamente através da análise descritiva com recurso à análise documental realizada em livros, artigos, sites e documentos oficiais disponibilizados pela MPTL e Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC). Alguns trabalhos práticos realizados durante o estágio na MPTL foram uma mais-valia entre a documentação utilizada, pois houve um contacto prático mais acentuado com a realidade. Perceber o papel desta Missão em Portugal foi um objetivo proposto e verdadeiramente realizado.

Estruturalmente o relatório é constituído por uma introdução, 3 capítulos e uma conclusão.

Na Introdução procurei transmitir o objetivo da realização do estágio, local e tempo de duração do mesmo. Ainda dei a conhecer a história e valores defendidos pela instituição em causa, bem como os de outras a ela ligadas. Também dei a conhecer o conteúdo desenvolvido nos capítulos 1, 2, 3 deste relatório. Posteriormente, em jeito de conclusão fiz uma análise crítica e de certa forma reflexiva, destacando a importância desta Missão em Portugal e os pontos positivos ou menos positivos, verificados nesta etapa. Através do registo de diversas atividades, objetivos e resultados das mesmas, procurei ainda realçar a concretização dos objetivos inicialmente propostos, os quais permitiram aplicar, aumentar, reforçar e adquirir competências novas para, no futuro, desenvolver melhor uma atividade profissional dentro desta área. A temática da Diplomacia foi uma constante ao longo de todo o estágio e o cumprimento das regras diplomáticas fizeram parte de um conhecimento novo para mim, sempre utilizado na preparação de qualquer atividade, reunião ou evento.

O capítulo 1 tem como objetivo principal dar a conhecer a política externa de Timor-Leste, começando pela contextualização histórica deste jovem país. Neste ponto é importante entender o vínculo da política externa de Timor com os vários atores internacionais.

No capítulo 2 destaca-se a MPTL junto da CPLP, enquanto representação diplomática, a sua caracterização, funcionalidades e hierarquias. Procura-se, ainda, neste segundo ponto, destacar o papel da CPLP em Timor-Leste e vice-versa.

No capítulo 3 descreve-se a vertente empírica, na qual se analisam todas as atividades que se realizaram durante o tempo de estágio, os objetivos das mesmas e os resultados obtidos enquanto meio de formação, preparação profissional, aquisição de conhecimentos, crescimento pessoal, e aplicação da parte teórica estudada, entre outros.

Salientei a importância da experiência como forma de colocar em prática os conhecimentos teóricos, em contexto real, bem como encontrar soluções para realidades que só a prática pode dar a conhecer. Constatei também que este estágio permitiu

desenvolver hábitos de leitura e de escrita, de pesquisa e reflexão, que muito serão essenciais para a valorização da minha atividade profissional, dado que foi uma experiência em diversas áreas. Conhecer o papel da Missão e seu funcionamento, adquirir competências práticas diversificadas e transversais, preparar um caminho profissional nesta área e valorizar o papel da diplomacia são as vertentes principais que pretendo destacar neste relatório, sem esquecer, naturalmente, a divulgação do meu país.

Em conclusão, procurei fazer uma análise das atividades desenvolvidas e a forma como elas contribuíram para o meu enriquecimento cultural e desenvolvimento pessoal e profissional. Também foi o momento em que se refletiu sobre atividades/ investigações futuras e se reconheceu o contributo positivo para o começo de uma carreira profissional.

Página em Branco

Capítulo I – Análise de Timor-Leste enquanto ator internacional

Contextualização histórica de Timor Lorosa'e¹

Em 1515, mercadores portugueses aportaram na ilha de Timor, provenientes de Malaca (Índia), em busca de especiarias, sândalo e outras mercadorias para abastecer as suas bases em Malaca, e ao mesmo tempo promover os negócios com Lisboa. Poucos anos depois iniciou-se o processo de Evangelização com a chegada dos Frades Dominicanos, vindos de Malaca e outras ilhas sob influência portuguesa, que se fixaram na ilha, sob instruções provenientes de Goa onde existia já uma grande comunidade dominicana. Ao mesmo tempo, mercadores holandeses exploravam a mesma zona, tendo-se apoderado de um forte português que se encontrava na parte ocidental da ilha (Enciclopédia, 1945, p. 678).

Com um entendimento diplomático entre estes dois países, a exploração portuguesa no âmbito das especiarias, do sândalo e do café aumentou, bem como o seu comércio, o que levou, de certa forma, o povo timorense a mostrar alguma revolta contra esta atitude dos portugueses que deixava a ilha sem produtos. Exemplos como este, devido à acentuada colonização no início do século XX, fez com que alguns povos não aceitassem o poder colonial. Destaca-se a grande revolta de 1911 encabeçada por Dom Boaventura, rei timorense, contra os portugueses, resultando na morte de cerca de 25.000 timorenses, entre os quais os reis aliados dos portugueses, a favor da ocupação (Enciclopédia, 1945, p. 681).

Em 1913, Portugal e Holanda chegaram a um consenso no tribunal internacional de Den Haag, no qual se reforçou e definiu exatamente a divisão da ilha de Timor em duas partes: Timor ocidental (Holanda) e Timor oriental (Portugal). Durante a segunda guerra mundial e com a neutralidade portuguesa perante os beligerantes deu-se a ocupação de Timor oriental por parte do Japão. A ocupação japonesa transformou Timor num palco de guerra no conflito mundial entre o Japão e as milícias australianas que se lhe opunham e os grupos timorenses favoráveis a Portugal. Este conflito envolveu fortes bombardeamentos e operações terrestres que provocaram uma tragédia humanitária na ilha de Timor, resultando em cerca de 40.000 mortos (Enciclopédia, 1945, p. 683).

Como parte importante da história do século XX, a Segunda Guerra Mundial não foi um acontecimento independente baseado nas ações dos Estados soberanos europeus, mas adveio do fim da Primeira Guerra Mundial aquando da assinatura do Tratado de

¹ Timor-Lorosa'e significa Timor-Leste que é o nome oficial, Lorosa'e significa Leste

Versalhes de 1919. Desde então, para a Liga das Nações recentemente criada, esta foi uma vitória internacional na questão da segurança coletiva, fazendo com que a maior parte dos países focasse a sua atenção noutros aspetos para além da guerra como: a saúde, a educação e principalmente o desejo de reduzir o uso da força bélica. Além disso, começaram a surgir iniciativas de compensação estatal para os países afetados durante o Grande Conflito. O fim da Primeira Guerra Mundial marcou a derrota da Alemanha e da sua economia, ficando esta muito enfraquecida (Coelho, 2018, pp. 31-32).

Durante a Segunda Guerra Mundial, poucos países da Europa aderiram ao movimento dos países não alinhados, de forma a não entrarem diretamente no conflito. Portugal viria a fazer parte destes, preocupando-se mais com a guerra civil em Espanha e os efeitos que esta poderia ter no país. Posteriormente, em 1960, no continente africano começaram a surgir alguns problemas relacionados com a colonização, o que obrigou Portugal a enviar tropas para esses países (Coelho, 2018, p. 33).

A 25 de abril de 1974, em Portugal, o Movimento das Forças Armadas (MFA) deu início à ‘Revolução dos Cravos’ o que permitiu uma mudança política. A partir daí a presença lusitana foi diminuindo, pois, a revolução teve também como objetivo a descolonização, permitindo a Timor começar a implementar políticas de independência para os territórios colonizados (CAVR, 2005, p. 16).

Com estas novas alterações geopolíticas, os timorenses começaram a criar associações políticas tais como a UDT (União Democrática Timorense) e a ASDT (Associação Social Democrática Timorense). Esta última, em setembro de 1974, transformou-se na FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente). Estes dois movimentos tinham o mesmo objetivo quanto à Independência, mas a UDT procurava que esta tivesse, nos primeiros anos, a presença dos portugueses na governação. Pelo contrário, a FRETILIN tinha por objetivo a independência imediata e total. Outras formações políticas surgiram neste período tais como o KOTA (*Klibur Oan Timor Asuawain*), o partido Trabalhista e a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense) que tinha como objetivo a integração da Ilha de Timor na Indonésia (CAVR, 2005, p. 17).

Na segunda metade do século XX a política mundial foi fortemente marcada pela divisão entre os blocos Ocidental e de Leste – conflito a que se passou a chamar de ‘Guerra Fria’ desenrolando-se militarmente em vários palcos, como por exemplo no Vietname, onde as forças comunistas dominavam a norte e alcançaram a vitória sobre o Sul que era apoiado pelos norte americanos. Tendo por base esta conjuntura, a Indonésia tinha receio de que Timor viesse a ser dominado pelo comunismo, pois dois dos principais movimentos, que no futuro viriam tornar-se partidos políticos influentes encontravam-se mais favoráveis à ideologia do bloco oriental. Isto fez com que, de forma

semelhante ao Vietname, o país fosse utilizado como *proxy* entre os dois blocos, mesmo esse sendo considerado um país neutro e estando a viver uma situação de fragilidade. Por isso, no final do dia 7 de dezembro de 1974 a Indonésia iniciou a operação “Seroja” em Timor-Leste – por via área, marítima e terrestre – com o apoio dos norte americanos (CAVR, 2005, p. 64).

Esta invasão a partir da Indonésia durou 24 anos, tendo o seu início ficado marcado por diversas manobras entre as quais

Os militares indonésios foram ao ponto de retirar as insígnias dos seus navios de desembarque, utilizando armas especialmente compradas para o ataque de maneira a não poderem ser associadas ao seu principal patrocinador militar – os Estados Unidos da América. Não obstante, tratou-se de um ataque em larga escala por via aérea e marítima, no qual participou um elevado número de tropas. A Fretilin opôs resistência às forças invasoras e os seus líderes políticos retiraram para as colinas de Aileu. No dia da invasão houve atrocidades generalizadas cometidas pelas tropas indonésias contra civis timorenses, incluindo execuções sumárias e massacres (CAVR, 2005, pp. 64-69).

Durante estes anos houve várias violações dos direitos humanos, o que afetou bastante o povo timorense. Ao longo deste período surgiram algumas guerrilhas internas por parte da população que queria a independência total, pois, tendo por base a perspectiva do povo, passou-se do colonialismo português aos colonizadores militares indonésios (CAVR, 2005, p. 69).

Como consequência, a FRETILIN obteve o apoio esmagador do povo de Timor-Leste, pois a brutalidade indiscriminada dos indonésios serviu para cimentar e alargar ainda mais o apoio a esta, em vez de intimidar o povo à submissão. Esta realidade pode ser constatada pelo dizer popular adotado em março de 1975 'Independência ou Morte', muito importante para o povo timorense, que se materializou na resistência organizada do povo, face às forças militares opressoras (Elaine Capizzi, 2012).

Um dos momentos-chave do conflito deu-se em 1991 num massacre em Dili, onde as imagens captadas por Max Stahl – jornalista holandês – mostraram ao mundo o que se passava em Timor-Leste. A partir desse momento, vários países ficaram ainda mais indignados com a situação (Cahen, 2015, p. 76). Um fator que fez com que o povo português decidisse ajudar os timorenses – assim como alguns países africanos como por exemplo Moçambique e Angola (sobretudo através de apoios financeiros) – foi o intuito de os assistir na libertação da administração indonésia. Após várias conversações e negociações diplomáticas não foi fácil para Timor atingir o seu objetivo. Mas, ao final de alguns anos, a 20 de maio de 2002, consegui alcançá-lo.

Após análise do processo de independência, o sucesso de Timor deveu-se essencialmente ao resultado de três fatores: Em primeiro lugar devido à resiliência do povo timorense que por resistir e defender a causa em que acreditava, aceitou pagar um preço elevadíssimo pela sua independência. Em segundo lugar, esta foi possível em 1999 porque o regime indonésio do Presidente Suharto caiu, o que abriu uma janela de oportunidade que os timorenses e a comunidade internacional souberam aproveitar. Este processo foi complexo e envolveu múltiplos fatores – entre estes o fim da Guerra Fria e a crise financeira asiática. Cada ator deste processo, em função dos seus interesses e das suas capacidades foi aproveitando as oportunidades que iam surgindo, de forma a agilizar o processo. E, por fim, o terceiro aspeto foi a ajuda da comunidade internacional da qual se desta sobretudo os países da língua oficial portuguesa (Gomes J. J., 2010, p. 86). Adicionalmente, o referendo e a Missão da Paz da ONU também desempenharam papéis importantes para a independência, conforme falarei posteriormente.

Política Externa de Timor-Leste

Política é uma palavra de origem grega que está relacionada com grupos que integram a *Polis*. Está relacionada com a organização, administração e direção de nações ou Estados. É também um conjunto de princípios e objetivos que podem servir de guia ou orientação para a tomada de decisões e como base da planificação de atividades em vários setores ou domínios internos ou externos de um país (Silva, 2014, pp. 437-438).

A política externa pode dizer-se que é a atividade desenvolvida pelo Estado, em relação a outros Estados e entidades com relevância internacional, com vista a realizar objetivos que lhe são próprios. É óbvio que quanto mais força política, económica e militar tiver um Estado, mais eficaz poderá ser a sua política externa (Gomes G. S., 1990, p. 55)

de acordo com Gomes. Ainda segundo este autor, no geral, a política externa serve para administrar as relações entre países, ou seja, é um meio do qual o governo se serve para tratar de todos os assuntos, fora da sua soberania, com os Estados vizinhos, ou outros Estados, ou ainda organizações e atores internacionais, e do qual o governo pretende tirar benefícios para a sua própria governação (Gomes G. S., 1990).

Segundo Spécie, que segue a mesma corrente de Gomes, a política externa é mais conhecida tradicionalmente como a política de um Estado, através da qual os seus governantes ou decisores adotam as medidas para as questões do seu país, tendo como exemplo os países estrangeiros. De há 20 ou 30 anos a esta parte, com a globalização e com o aumento das atividades, a política externa começou a ter algumas alterações, isto

é, começou a ter o seu próprio Ministério (Ministério das Relações Exteriores no Estado) com mais poder legislativo e representativo através dos seus governantes ou pessoas influentes (Spécie, Novembro 2006, p. 126).

A política externa, é considerada, então, o conjunto de diferentes atores vinculados ao governo nacional que a podem exercer mesmo fora do seu país, mas tendo sempre em conta a política nacional que representam. A política externa pode influenciar as políticas internas de um Estado e o mesmo acontece quando um Estado, também pode influenciar as políticas externas de outros Estados vizinhos ou organizações. A política de saúde, educação ou segurança de um Estado pode influenciar ou receber influência das políticas adotados por outros países. Esta ideia também está patente em Gomes quando refere

Se assumidos por um país, esses objetivos tomam-se também seus objetivos nacionais. Entre estes objetivos estão a manutenção da paz, a defesa do direito internacional, a instauração de uma ordem internacional e também regional, a salvaguarda do ambiente à escala planetária, o combate à fome e ao subdesenvolvimento. Trata-se de objetivos nacionais que diríamos, altruístas, ligados a uma estratégia mundial e não exclusivamente nacional, de preservação de um equilíbrio planetário. (Gomes G. S., 1990, p. 61)

Neste contexto, a construção de uma ideia a definir como política externa será sempre motivo de discussão ou até mesmo conflito por parte dos vários grupos com ideologias diferenciadas, pois a sua constituição pode envolver interesses diferenciados dentro do próprio Estado/Governo. A política externa é também considerada política pública, pois é pensada como um benefício para a população desse mesmo país (Spécie, Novembro 2006, p. 126).

Em resumo, podemos entender, então, que a política externa de um país tem basicamente três objetivos. O primeiro é o aumento da segurança desse país face à segurança internacional, tendo como preocupação principal as ameaças externas. O segundo é a busca de uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, aumentando a influência económica desse país, nas relações económicas internacionais. O terceiro visa a projeção no mundo dos valores e princípios do seu próprio país.

Tendo os diferentes países uma conceção do mundo bastante distinta uns dos outros, o papel da diplomacia torna-se aqui muito importante, pois vai permitir que essa conceção diferenciada se torne mais equitativa e ponderada nas normas internacionais, nos organismos internacionais e mesmo no ambiente continental a que esse país pertence (Gomes G. S., 1990, p. 61).

O Eixo Anglófono

A Austrália é um país da Oceânia e é a maior ilha do mundo e um dos maiores países por área (7.686.850 quilómetros quadrados). Está localizada no hemisfério sul, entre os oceanos Pacífico e Índico. É separada da Indonésia pelos mares de Timor e Arafura a norte; da Papua Nova Guiné a nordeste pelo Estreito de Torres; da Nova Zelândia, a sudeste, através do Mar da Tasmânia e da Antártida, a sul, através do Oceano Índico. As principais cidades da Austrália estão localizadas no sudeste do país, como sendo as duas maiores cidades, Sydney, com cerca de 4.305.500 habitantes e Melbourne com 3.659.700 habitantes (Infopédia, 2022).

Economicamente, a Austrália é um importante produtor e exportador de trigo. A mineração de recursos minerais maciços, liderados pelo ouro, é outra importante fonte de rendimento para o país. O setor industrial recentemente desenvolvido está concentrado na parte sudeste do país e é dedicado principalmente à produção de alimentos, materiais de transporte e máquinas. Os principais parceiros comerciais da Austrália são os EUA, o Japão, Coreia do Sul e o Reino Unido (Infopédia, 2022).

A partir da Revolução dos Cravos em Portugal (1974), a colónia de Timor-Leste encarou a possibilidade de ser autónoma. De acordo com James Dunn (1983), citado pela Lamarca, logo no início do processo de descolonização, tanto o governo português quanto os líderes políticos timorenses acreditavam que a Austrália poderia desempenhar um papel importante no processo de autonomia. A sua experiência no processo de descolonização de Papua Nova Guiné e as boas relações que mantinha com a Indonésia, bem como o forte apoio ao direito à autodeterminação em fóruns internacionais, pelo governo Gough Whitlam (1972-1975) fizeram da Austrália um país a favor da descolonização, um Estado ideal, no sentido moral e material, mas que, mais tarde, veio a revelar-se, afinal, contraditório (Lamarca, 2003, p. 71).

Para manter boas relações com a Indonésia, o governo australiano vem justificar a anexação do território de Timor-Leste, argumentando que seria a melhor solução para a população local, tendo em conta que Timor-Leste não era autossuficiente economicamente. Deste modo, o primeiro-ministro Gough Whitlam assegurou ao governo indonésio que não se oporia à integração do território. No entanto, exigiu que Jacarta, capital da Indonésia, respeitasse o direito dos timorenses à autodeterminação/ autonomia. Whitlam expressou essa posição a Suharto em duas reuniões, a primeira em Wonosobo em setembro de 1974 e a segunda em Townsville em abril de 1975 (Gorjão, 2002, p. 921).

Entretanto, além desta conjuntura, o que levou a Austrália a tomar essa decisão foram também impulsos económicos, verificados posteriormente

Em relação à questão timorense (...) estamos enfrentando uma daquelas decisões amplas de política exterior que a maioria das nações enfrenta, num momento ou outro. O governo enfrenta uma escolha entre uma posição moral, baseada na condenação da Indonésia pela invasão de Timor-Leste e na afirmação do direito inalienável do povo timorense à autodeterminação, de um lado, e a aceitação pragmática e realista da inevitabilidade da situação a longo prazo, de outro lado. É uma escolha entre aquilo que poderia ser descrito como um idealismo wilsoniano e o realismo kissingeriano. O primeiro é mais adequado e baseado em princípios, mas o interesse nacional a longo prazo poderá ser bem servido pelo último. Não acreditamos que seja possível ter ambos (Lamarca, 2003, p. 73).

Vale a pena notar que, no início de 1976, o governo australiano já estava sob pressão do departamento de Estado dos EUA para considerar a anexação de Timor-Leste à Indonésia como um facto consumado. Os EUA estão a tentar persuadir a Austrália a deixar de criticar publicamente a invasão de Timor-Leste (que já não é forte) e a aceitar que a situação é irreversível.

Refletindo esta "mudança" de comportamento (aceitação da invasão) a Austrália absteve-se de votar nas resoluções anuais da Assembleia Geral da ONU sobre Timor-Leste em 1976 e 1977. Tal comportamento sugere que a Austrália optou por uma política do "tipo de realismo Kissinger" (nas palavras de Woolcott), já que Camberra abandona os princípios morais e de ética. (Lamarca, 2003, pp. 73-74).

Em janeiro de 1978, o governo australiano anunciou o reconhecimento de facto da ocupação Indonésia de Timor-Leste. No ano seguinte, a Austrália reconheceu a soberania da Indonésia sobre Timor-Leste "*de jure*" e iniciou negociações com a vizinha Indonésia sobre um acordo para exploração de petróleo nas águas territoriais da região de Timor-Leste (a área conhecida como Timor Gap) e busca alcançar o "interesse nacional" a todo o custo (Lamarca, 2003, p. 75).

Em 11 de dezembro de 1989 foi assinado o tratado "Timor Fjord" e os dois países estabeleceram uma zona de cooperação no Mar de Timor.

O TIMOR GAP E A ZONA DE COOPERAÇÃO

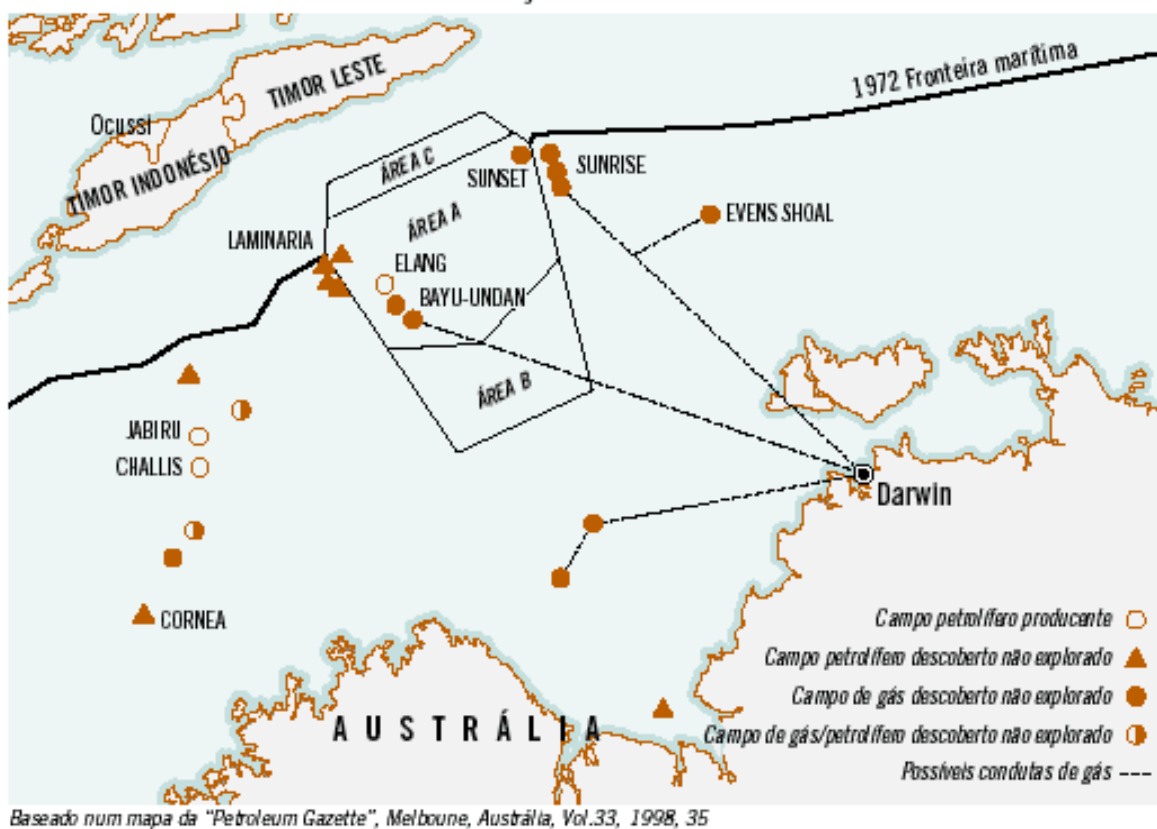


Figura 1: Mapa de Timor-Leste (Timor GAP e a zona de cooperação)

Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/pop_ups/2002_2_19_graf_a.html

O Timor Gap entrou em vigor a 9 de fevereiro de 1991, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Australiano Gareth Evans considerou-o uma das suas maiores vitórias.

Na zona mais próxima da Austrália, a exploração ficou exclusivamente com os australianos, com a obrigação em repassar aos indonésios 16% dos lucros. Na menor das partes, junto a costa do Timor-Leste, os direitos de exclusividade ficaram com Jacarta, que ficava compromissada a entregar 10% dos lucros a Camberra (Lamarca, 2003, p. 76).

Durante o massacre de novembro de 1991 no Cemitério de Santa Cruz de Dili, Camberra estava sob enorme pressão interna e externa devido ao seu bom relacionamento com a ditadura do general Suharto. No entanto, mesmo nesta conjuntura, a Austrália não sucumbiu às exigências morais e éticas e continua priorizando a manutenção de relações com a vizinha Indonésia. O ministro das Relações Exteriores, Gareth Evans, viu o massacre como uma aberração (exceção) da política Indonésia, em vez de um exemplo clássico da implementação da política. Desta forma, ele mantém seu relacionamento com Jacarta, normalmente (Lamarca, 2003, p. 77).

Esta situação lamentável, o massacre de Santa Cruz, proporcionou o fortalecimento do poder das organizações não governamentais (ONG) australianas e de outros ativistas, que fazem lobby em apoio à Causa Timorense. Além disso, também se verificou um forte interesse noticioso nos “mídia” australianos sobre os abusos dos direitos humanos, pelos militares indonésios, em Timor-Leste. Desde a morte de cinco jornalistas em Balibo, pelos indonésios em outubro de 1975 que as relações entre o regime de Suharto e os “mídia” australianos foram severamente afetadas (Gorjão, 2002, p. 926).

Após a derrota do presidente Suharto em 1998, embora Habibie (novo presidente) tenha inicialmente dito que não havia necessidade de um referendo em Timor-Leste (por ser parte integrante da Indonésia), por um curto período de tempo já estava a considerar a possibilidade de dar à província um estatuto especial, embora tenha sublinhado que deveria continuar a ser parte integrante da Indonésia (Lamarca, 2003, p. 77).

John McCarthy (embaixador da Austrália na Indonésia) também realizou um inquérito para avaliar a situação de todos os timorenses que ocupavam cargos influentes na província, em agosto de 1998. As descobertas da pesquisa mostram um forte apoio a uma eventual independência e alertam para os perigos de uma transição muito rápida (Lamarca, 2003, p. 77).

Pela primeira vez, a política externa australiana tornou-se mais envolvida nas discussões sobre a direção futura de Timor-Leste, refletindo o foco intensificado do governo Howard sobre a melhor forma de salvaguardar os interesses da Austrália na região (Lamarca, 2003, p. 78).

O governo australiano acredita que se for estabelecido um período de transição de longo prazo em Timor-Leste, os seus interesses políticos, económicos e de segurança - como o acesso às reservas de petróleo e gás no Mar de Timor e a não desintegração do Estado indonésio - serão mais bem protegidos (Gorjão, 2002, p. 925).

Logo após o resultado do referendo, que foi feito em 30 de agosto de 1999, tendo em conta a destituição forçada de Suharto, Habibie foi eleito como novo presidente, ao qual, para ele, Timor já estava mais prejudicado que beneficiado pela indonésia. Esta situação, tornou-se uma janela de oportunidade na progressão do processo de negociação, ao mesmo tempo que impossibilitava a política de invasão. O processo de negociação foi mediado pelo diplomata paquistanês Jamsheed Marker, representante da ONU, entre o embaixador Fernando Oliveira das Neves representante de Portugal e Ali Alatas, representante da Indonésia. Este acordo durou dois intensos anos, com avanços e recuos nas negociações. No dia 5 de maio, finalmente, chegaram a um acordo e assinaram a resolução que consiste no referendo para os timorenses. Lembra-se que a proposta do “Referendo” apresentada pela indonésia, teve como base uma sugestão feita por Portugal. Em 27 de janeiro de 1999, Habibie anunciou que o conselho de ministros

decidir a autonomia regional (Martins, 2019). Por outro lado, Habibie queria mostrar uma nova face da Indonésia como país democrático e com sentido humanitário, ao contrário do seu antecessor. Na aplicação da consulta popular “referêndum” o massacre continua e muitos timorenses perderam a vida, pois a maioria dos militares indonésios eram contra esta resolução (Martins, 2019).

Com este acordo, abriu-se o caminho para o povo timorense decidir os seus próprios destinos por votação direta, secreta e universal: integração com a indonésia ou independência total. Dessa votação, no dia 4 de setembro de 1999, de 98% de votos registados, 78,5 % são a favor da independência total de Timor. Foi nesta data inesquecível que o povo timorense encontrou a luz da liberdade que mantemos até hoje (Lopes, 2014). O governo australiano mostrou vontade de cooperar com as forças de paz, à medida que a situação humanitária na região se deteriorava. Em 14 de setembro, o Ministro das Relações Exteriores da Austrália, Alexander Downer, enviou formalmente uma carta ao secretário-geral das Nações Unidas, aconselhando a Austrália a liderar uma força multinacional. No dia seguinte, em 15 de setembro, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1264/99 autorizando a criação de uma força de paz (Lamarca, 2003, p. 87). Avistava-se a independência.

Como potência global, os Estados Unidos consideram-se responsáveis por liderar as questões "globais", enquanto os seus aliados ou parceiros regionais devem cuidar das questões "regionais". Com efeito, os Estados Unidos veem Timor-Leste como uma questão regional e consideraram que a Austrália, como seu aliado regional, deve assumir a liderança na ação, prestando apoio diplomático e reforço operacional (Lamarca, 2003, p. 87).

Neste contexto, a Austrália está também preocupada em manter os lucros da exploração dos recursos minerais do Mar de Timor. O mais importante deles é o petróleo, que é extraído por várias empresas australianas (Tech, Petrox, Inprex, Sahul, Western Mining, Chaterhall, Woodside, Pelsart, Oil & Mineral Quest e Otter Exploitation) (Lamarca, 2003, p. 88).

Em 2002 dá-se a Independência com a ajuda de vários países. Durante os 24 anos da ocupação indonésia, Timor-Leste passou por vários momentos de sofrimento que causaram mais de 150.000 mortos. No entanto, ao longo da ocupação, foram também edificadas algumas infraestruturas e realizados alguns investimentos em setores como a educação e a saúde. Contudo, após o resultado do Referêndum a maioria destes acabaram por ser destruídos e os investimentos pararam. Finalmente Timor- leste tornou-se nação independente no dia 20 de maio desse mesmo ano. Pela tenacidade do povo que a conquistou e com o auxílio da comunidade internacional levou-se a efeito o referêndum onde os timorenses fizeram a escolha do seu destino. Após a independência,

esse jovem Estado foi administrado pela organização das Nações Unidas durante dois anos de transição, pois Timor-Leste era considerado como uma nação pós conflito e com enormes dificuldades.

Timor-Leste corre o risco de se tornar num Estado falhado, dois anos apenas após a sua frágil independência. Mais de metade da população do país mais pobre da Ásia ainda vive abaixo do limiar da pobreza e a esperança média de vida não ultrapassa os 57 anos. Os 24 anos de ocupação militar indonésia e as acções da guerrilha das Falintil deixaram a economia em ruínas e dizimaram um terço da população. (Media, 2004, para. 16)

A Austrália e Timor-Leste são vizinhos próximos com uma história partilhada e relações fortes. A Austrália tem estado na vanguarda do apoio internacional a Timor-Leste desde a independência em 2002 e continua a ser o maior parceiro de desenvolvimento e segurança de Timor-Leste. Mantem um forte interesse na prosperidade futura de Timor-Leste e continua a reformular a sua assistência ao desenvolvimento para apoiar a resposta e a recuperação de Timor-Leste em todos os setores (Government, 2022).

Desde a independência, Timor-Leste fez grandes progressos na construção de instituições nacionais, emergindo de conflitos e melhorando os principais indicadores de desenvolvimento, como a tentativa da redução da mortalidade materna e infantil. É classificado como o país mais democrático do Sudeste Asiático, liderando o *ranking* do Índice da Democracia na 7.^a posição (Lusa, 2017).

Atualmente, Timor-Leste e Austrália estão a fortificar, cada vez mais, a sua cooperação bilateral, em vários âmbitos. Desde 1999 e até 2019 conseguiram executar vários programas de desenvolvimento, que visavam manter as boas relações entre os dois países como parceria de desenvolvimento, paz e progresso.

Mais de 3.400 trabalhadores timorenses acederam ao emprego sazonal na Austrália desde 2012; Novo tratado de fronteira marítima; 5.521 funcionários do ADF implantados na INTERFET; 216 voluntários australianos desde 2011; AUD 100,7 milhões em assistência oficial ao desenvolvimento em 2019-20; Ajuda na reabilitação e melhoria de 552 km de estradas rurais de Timor-Leste desde 2012; Mais de 350 bolsas de estudo do Austrália Awards desde 1999; 200 novos alunos do Plano Colombo em 2019; Formação de professores em 381 escolas primárias, beneficiando mais de 35.000 crianças desde 2016; Aumento da renda para 6.190 pessoas (50% mulheres) em 2018-19; Mais de 50.000 mães conectadas a cuidados pré e pós-natais de melhor qualidade desde 2014; Mecanismo Australiano de Financiamento de Infraestruturas de AUD 2 bilhões para o Pacífico e Timor-Leste; 33 parcerias fortalecendo negócios locais;

Comunidades apoiadas para construir mais de 1.400 projetos de aldeias desde 2013; Mais de 700 Policiais Timorenses formados em novos centros de formação estabelecidos em Timor-Leste desde 2018; Prestação de mais de 32.000 serviços a sobreviventes de violência de gênero 2014-2018 e mais de 1.500 policiais australianos serviram em Timor-Leste desde 1999 (Government, 2022).

A influência Sínica (China)

O Estado soberano de Timor-Leste é hoje, curiosamente, o país de língua portuguesa com a mais antiga relação histórica e comercial com a China. Desde o século XII, há registos de sucessivas viagens de mercadores de Fujian e Guangzhou, na China, que navegaram para o Mar da China Meridional em busca do lucrativo comércio de sândalo branco timorense (Sousa, 2013, p. 1).

Considerado o melhor e mais perfumado do vasto número de madeiras aromáticas do Sudeste Asiático, o riquíssimo sândalo de Timor-Leste é levado por navios mercantes da Malásia, Indonésia e do Sul da China para os mercados indiano e chinês, tornando-o um produto de luxo. Quando esses troncos eram cortados em pedaços muito pequenos, o sândalo era considerado um incenso na China, especialmente quando era queimado no funeral de famílias poderosas tais como as dos imperadores (Sousa, 2013, p. 1).

De facto, há uma longa história de relações históricas e comerciais entre a China e o agora, orgulhosamente, independente, país de Timor-Leste, que se continua a verificar nos dias de hoje (Sousa, 2013, p. 1).

Ao longo das décadas, tanto na colonização portuguesa como na era da invasão da indonésia, a China mostrou sempre o seu apoio a Timor-Leste, por motivos políticos, ao implementar alguns mecanismos de ajuda, como falarei nos parágrafos seguintes.

A ajuda externa é uma parte importante da identidade de um país no sistema internacional. A dicotomia estabelecida entre países desenvolvidos e em desenvolvimento verificou-se nesta ajuda estabelecida. No entanto, com a "Ascensão da China" esta perspetiva mudou, ou pelo menos quebrou a noção tradicional de ajuda. A China tornou-se uma potência mundial, a segunda maior economia, mas ainda um país em desenvolvimento.

Dadas as oportunidades de comércio e negócios que a região (Timor-Leste) oferece atualmente, o Sudeste Asiático é um "campo de batalha" para a Austrália e a China. A Austrália é a "irmã europeia" da Oceânia. Compartilha valores ocidentais na política externa e contribuiu para a disseminação do conceito de democracia e direitos humanos

no Sudeste Asiático e no Pacífico. A Austrália ajudou vários países da região a resolver sérios problemas financeiros. Isso incluiu as Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Timor-Leste (Talesco, 2013, p. 131).

O conceito de ajuda difere entre a China e a Austrália, que fazem parte do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (DAC). A definição de ajuda deste Comité está publicada em vários documentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e baseia-se no acordo de todos osadores. No entanto, a China, por vezes, age de uma forma independente (Talesco, 2013, p. 132).

Portanto, a ajuda da DAC é feita na forma de doações e empréstimos para o desenvolvimento económico e de bem-estar dos países em desenvolvimento. Essa definição foi adotada pelosadores ocidentais, que se reuniram em Nova York em 2000 para promover e assinar a Declaração do Milénio das Nações Unidas. Nesta ocasião, concordaram em oito objetivos de desenvolvimento, os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), dos quais ressaltam a necessidade de erradicar a pobreza, os problemas de saúde, a desigualdade de género, promover a sustentabilidade ambiental e a parceria global (Talesco, 2013, p. 133).

Neste sentido, a China fornece ajuda a Timor-Leste por meio de empréstimos a juros baixos, acordos de comércio e investimento, desenvolvimento de infraestrutura, ao contrário dosadores do DAC. O Ministério do Comércio da China é responsável pela ajuda financeira. Faz isso por meio do Export-Import Bank of China (Eximbank), que também considera múltiplos fatores: Diplomacia, Desenvolvimento e Negócios. Na verdade, a ajuda externa é uma ferramenta para a China desenvolver relações de longo prazo com os países beneficiários e possivelmente com interesses comerciais de longo prazo (Talesco, 2013, p. 133).

Timor-Leste, um país em desenvolvimento, depende de ajuda exterior, especialmente durante a crise política de 2006. Foi neste momento que a China conquistou a confiança do governo timorense, por causa da escassez de alimentos e do apoio reduzido da Austrália. O governo de Pequim doou 4.000 toneladas de arroz e 500 toneladas de óleo comestível. Isso ajudou o governo timorense a aliviar as necessidades alimentares da população e dos refugiados (Talesco, 2013, p. 135).

A ajuda chinesa foi particularmente evidente no desenvolvimento de infraestruturas. Os cinco principais edifícios de Díli, capital de Timor-Leste, foram todos construídos com ajuda chinesa. Isto aumentou a confiança de Timor-Leste e foi visto como uma forma tangível de ajuda (Talesco, 2013, p. 135).

A China estabeleceu relações diplomáticas formais com Timor-Leste desde sua independência em 20 de maio de 2002. Quando Timor-Leste foi invadido pela Indonésia, em 7 de dezembro de 1975, a maioria dos países europeus, bem como

Austrália, Estados Unidos e até mesmo a Rússia, evitaram tomar uma posição acerca de invasão. Timor-Leste é uma região pequena e razoavelmente povoada e, na opinião destes países, era melhor ser anexada pela Indonésia do que lutar sozinho, pois Timor-Leste era vulnerável aos interesses dos chineses e à ideologia comunista dos seguidores de Mao (Talesco, 2013, p. 136).

Os chineses são mais proeminentes no apoio a Timor-Leste, especialmente quando intervêm no Conselho de Segurança da ONU para expressar preocupações sobre o que está acontecendo no país. Os chineses até reconhecem a primeira declaração de independência de Timor-Leste depois que foi declarado independente em 28 de novembro de 1975 (Talesco, 2013, p. 136).

Mas o que é menos conhecido é que a China forneceu apoio diplomático e financeiro ao movimento de resistência de Timor-Leste desde a saída dos portugueses, após a Revolução dos Cravos em abril de 1974. Provavelmente algo que as agências de inteligência estrangeira nos EUA e na Austrália sabiam, e é por isso que temiam que o comunismo se espalhasse para Timor-Leste. Os timorenses estavam largamente isolados na sua luta pelo direito à autodeterminação (Talesco, 2013, p. 136).

A China reconheceu imediatamente o resultado e mais uma vez apoiou a independência de Timor-Leste, enviando 55 policiais civis para apoiar a operação de paz. Esta é a primeira vez que a China envia policiais para território estrangeiro. Dentro do Conselho de Segurança, no entanto, potências poderosas pressionaram a Rússia e a China a aceitar uma missão de paz liderada pela Austrália chamada Força Internacional em Timor-Leste (INTERFET).

A diplomacia chinesa em Timor-Leste parece estar a ajudar também as empresas chinesas na obtenção de êxito nos mercados, o que pode parecer um regresso ao neocolonialismo (Talesco, 2013, p. 140).

No entanto, a ajuda da China a Timor-Leste é muito menor do que aquela que a Austrália e outros doadores do CAD forneceram durante décadas. Até recentemente, a China se concentrou em fornecer ajuda a Timor-Leste apenas na forma de infraestrutura, construindo edifícios.

Mesmo com uma população pequena, Timor-Leste é um mercado consumidor porque aspira a desenvolver-se rapidamente. O objetivo da China é “estimular o crescimento económico e implementar um modelo de desenvolvimento baseado nas necessidades e circunstâncias específicas de cada país”, segundo Brant. O compromisso da China com o desenvolvimento das infraestruturas de Timor-Leste mostra esta intenção de estimular o crescimento. Tanto a China como Timor-Leste estão entusiasmados com as possibilidades económicas por detrás desta relação bilateral (Talesco, 2013, p. 142).

A China tem interesses em petróleo e gás, bem como depósitos de manganês e mármore azul e pesca. A pesca, em particular, atraiu a atenção dos chineses, após a obtenção de direitos na Zona económica de Timor.

No geral, como observado acima, a ajuda chinesa é visível em Díli, mas não nas áreas rurais. De facto, a política de ajuda da China concentra-se principalmente na capital, onde a diplomacia e a política externa desempenham um papel importante. Ao contrário, a Austrália também tem sido uma ajuda importante para Timor-Leste sobretudo no que respeita às populações rurais, nas várias vertentes económicas e sociais (Talesco, 2013, p. 143).

ASEAN

Timor-Leste está geograficamente localizado no extremo oriental do arquipélago de Sonda, além da linha Russell-Wallace, o que indica ser claramente uma zona de transição entre dois mundos, um austronésio-malaio, e outro, melanésio. Esta questão tem sido tratada extensivamente a nível da antropologia cultural e física, mas o campo dos estudos de relações internacionais é interessante aqui, pois analisa o processo em Timor-Leste, em torno destes dois polos maioritariamente influenciados pela Austrália e pela China respetivamente (Mendes, 2009, p. 36).

Desenvolvimento do Sudeste Asiático

O surgimento de blocos de cooperação regional representa o reconhecimento de que a proximidade geográfica não é apenas um fator competitivo, mas representa uma oportunidade de cooperação económica e política, e que o desenvolvimento diplomático promove o crescimento económico, social e cultural, enquanto conduz à estabilidade e segurança regional (Pereira, 2013, p. 140).

Embora os sistemas de cooperação regional atualmente existentes partam de uma base económica e promovam o comércio, a sua finalidade atual, embora alicerçada nessa base, assume contornos e características diferentes, não só em função da região, mas também da finalidade e objetivos da região. A cooperação regional é um movimento nascido em meados do século XX, caracterizado pela integração económica, social e, em alguns casos, política, entre vizinhos, para proteger os direitos, a coesão, reduzir as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento sustentável, a paz e a segurança regional (Pereira, 2013, p. 140).

A União Europeia (UE) é o primeiro e mais profundo exemplo de cooperação regional. Foi institucionalizada pelo Tratado de Roma assinada por seis Estados membros em 1957, e a UE agora tem 27 Estados membros (Pereira, 2013, p. 140). Seguindo esse exemplo, outros agrupamentos regionais (conjunto de países que se unem dentro da mesma região) surgiram nos últimos 50 anos: o Mercado Comum Centro-Americano, criado em 1960 sob o Tratado Geral de Integração Económica na América Central. A União Africana, criada em 1963. A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), estabelecido sob a Declaração de Bangkok em 1967. A Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC) estabelecida em 1989 e o Mercosul, que foi institucionalizado através do Tratado de Assunção em 1991, e assim por diante (Pereira, 2013, p. 140).

Apesar das diferenças, as organizações regionais promovem e fortalecem as relações amistosas entre os países vizinhos, incentivam a coordenação regional em questões-chave, melhoram as relações e o diálogo político como ferramenta fundamental para a manutenção da paz e da segurança regional e permitem que os pequenos países participem da comunidade internacional. Desempenham, assim, um papel importante no desenvolvimento e fortalecimento de seus próprios canais diplomáticos multilaterais.

A diplomacia multilateral típica de uma organização internacional é, essencialmente, uma atividade política, um método ou técnica de interação e diálogo político entre países vizinhos, que facilita a busca de objetivos e valores comuns e facilita um sistema de tomada de decisão rápida e eficiente. Ao mesmo tempo, a diplomacia multilateral também desempenha um papel importante ao estimular as ONG, a sociedade civil, o setor privado e os próprios indivíduos a se ajustarem/ entenderem em assuntos tradicionalmente tratados pelo Estado, distanciando-se da diplomacia bilateral tradicional (Pereira, 2013, p. 140).

A diplomacia regional desenvolvida no seio da ASEAN, destaca-se pela organização e pelo mecanismo diplomático através do qual aprofunda a integração das três comunidades da ASEAN já estabelecidas, tais como: a comunidade de segurança, a comunidade económica e a comunidade sociocultural (Pereira, 2013, p. 141).

A ASEAN é uma organização intergovernamental, regional, entre dez países do sudeste asiático que tem como finalidade promover a cooperação intergovernamental, facilitando a integração económica, política, educacional, sociocultural e de segurança militar entre os seus membros e outros países da Ásia. Esta associação foi formalmente estabelecida sob a Declaração de Bangkok de 8 de agosto de 1967 e foram cinco nações as fundadoras: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia. Desde então, Brunei Darussalam (1984), Vietnam (1995), Laos, Mianmar (1997) e Camboja (1999) tornaram-se também novos membros. Através de vários tratados foram crescendo também as trocas comerciais que promoveram a competitividade e a produtividade. As relações

externas também foram consideradas e deu-se especial atenção aos países da região asiático-pacífico.

Timor-Leste, entretanto, criou o Secretariado Nacional da ASEAN em janeiro de 2011 e apresentou um pedido formal de adesão à organização, em março, do mesmo ano, sob a presidência Indonésia. Para intensificar os preparativos para se tornar o décimo primeiro membro da ASEAN, o V Governo Constitucional criou também, em 2012, a Secretaria de Estado para os Assuntos da ASEAN, sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Pereira, 2013, p. 141).

De acordo com a Declaração de Bangkok, a ASEAN visa promover a cooperação económica, social, cultural, tecnológica e educacional e promover a cooperação efetiva e a assistência mútua para manter a paz e a estabilidade regionais e respeitar os princípios de justiça, o Estado de direito e a Carta da ONU. (Pereira, 2013, p. 141). Nesse sentido, o Tratado de Amizade e Cooperação, assinado na primeira reunião, complementada em 1995 pelo Tratado do Sudeste Asiático, estabeleceu uma zona livre de armas nucleares, bem como a total proibição de seu uso nessa área, o que demonstrou, claramente, a vontade desta associação trabalhar no desarmamento nuclear e na paz internacional (Pereira, 2013, pp. 141-142).

A construção de um Estado-nação envolve não apenas a busca de objetivos institucionais e de desenvolvimento socioeconómico, mas também a construção e consolidação de uma identidade de Estado soberano reconhecida e respeitada por outros países. Também é importante notar que devido ao aumento da experiência política e riqueza de petróleo e gás nos últimos anos, os líderes de Timor-Leste têm mais confiança na sua capacidade de liderar o caminho de desenvolvimento socioeconómico do país nascente para garantir o seu lugar no status de ordem regional e global (Mangku, 2017, p. 18). Neste sentido Timor-Leste sentiu-se capaz de enviar esforços por se manter representado e presente junto do Secretariado-Geral da ASEAN, motivo pelo qual pediu o seu ingresso na mesma pois seria também uma mais-valia no conjunto dos países asiáticos.

Após a independência, os políticos timorenses optaram por manter a identidade da nação nascente como uma nação do Sudeste Asiático, ao tentar juntar-se à ASEAN. Sobre esta opção, Ramos-Horta, que serviu como ministro dos Negócios Estrangeiros no gabinete de transição formado pela UNTAET, disse numa entrevista de 2001 que, idealmente, preferiríamos ser membros do ASEAN e do Fórum das Ilhas do Pacífico. No entanto, as regras da ASEAN não permitem essa dupla adesão. De qualquer forma, continuamos a desenvolver relações bilaterais, com o maior número possível de países da ASEAN, abrindo caminho para futuras solicitações de adesão plena (Mangku, 2017, p. 18).

Ainda de acordo com Mangku, Timor-Leste tem feito tudo para poder entrar na ASEAN. No entanto, a decisão não está na sua mão, mas sim na mão dos líderes da referida associação. Quanto mais tempo o processo de adesão demorar, menos boa será a imagem dada pela ASEAN na resolução destas situações, pois pode revelar alguma desorganização na sua estrutura interna.

A adesão de Timor-Leste à ASEAN tem de ter a concordância de todos os países membros. Todos os Estados membros da ASEAN têm podido ver a persistência e organização de Timor-Leste de forma a poder aderir à ASEAN e manter a estabilidade no Sudeste Asiático, desempenhando sempre um papel ativo em todas as atividades e na criação de segurança (Mangku, 2017, p. 19).

Conforme registado na Declaração da ASEAN, as metas e objetivos da ASEAN são:

Acelerar o crescimento económico, o progresso social e o desenvolvimento cultural na região; promover a paz e a estabilidade regional através do respeito permanente pela justiça e pelo estado de direito; colaborar na assistência mútua de interesse comum nos campos económico, social, cultural, técnico, científico e administrativo; prestar assistência no campo educativo, profissional, técnico e administrativo; promover a agricultura e indústrias no sentido de melhorar o comércio; manter uma cooperação com organizações internacionais e regionais que têm os mesmos objetivos. (Mangku, 2017, p. 20)

No entanto, Timor-Leste ainda não foi aceite na ASEAN por esta considerar que ainda não reúne todos os requisitos necessários à sua integração, apesar de mostrar empenho e persistência.

A importância da CPLP nas relações internacionais de Timor-Leste

Caracterização da Comunidade

Em julho de 1996, os chefes de Estado e de Governo dos sete países, que usavam o português como língua oficial, reuniram-se em Lisboa e estabeleceram formalmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) onde aprovaram a Declaração Organizacional da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Originalmente composto por Portugal, Brasil e cinco países africanos de língua portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), um fórum multilateral

privilegiado de amizade mútua, consulta política e diplomática e cooperação entre os países”, tem como um dos seus principais objetivos procurar a coesão dos Estados membros nas relações internacionais, bem como a promoção e divulgação da língua portuguesa como língua Mundial (Freixo, 2006, p. 35).

O português já não é considerado uma língua colonial no contexto da CPLP, mas sim uma língua que caracteriza e integra, de forma cooperativa, os Estados membros. Assim, de acordo com vários artigos dos Estatutos da Comunidade de Língua Portuguesa [ECLP], a denominação de Comunidade de Língua Portuguesa “é um fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da consulta política e diplomática e da cooperação entre os seus membros” (ECLP as cited in Gimenez, 2018, p. 180, Art. 1.º). Além disso, de acordo com o artigo 3.º, o objetivo geral da CPLP estabelece que

a consulta político-diplomática entre os seus membros no domínio das relações internacionais, ou seja, reforçar a sua presença nos fóruns internacionais; a cooperação, especialmente nos domínios social, cultural, jurídico, tecnológico e económico e ainda a concretização de um projeto de promoção e divulgação da língua portuguesa. (ECLP as cited in Gimenez, 2018, p. 180)

O artigo 5º estabelece os princípios orientadores: "A igualdade soberana dos Estados membros; a não ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito pela identidade nacional; a reciprocidade de tratamento; a supremacia da paz, a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e a justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento e cooperação de benefício mútuo." (ECLP as cited in Gimenez, 2018, p. 180).

Assim, durante a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, realizada em São Luís do Maranhão (Brasil), em novembro de 1989, foram dados os primeiros passos para a criação da Comunidade de Língua Portuguesa, que, do ponto de vista de realizações concretas, definiu o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) - criado para promover a Língua Portuguesa em todo o mundo e servir de protótipo para a futura CPLP (Freixo, 2006, p. 35).

O IILP nasceu em São Luís do Maranhão, Brasil, em 1989, com o objetivo específico de promover e divulgar a língua portuguesa no mundo. Na década de 1990, uma figura que se destacou por dar início ao projeto da CPLP no processo foi José Aparecido de Oliveira, destituído em 1993 pelo então presidente Itamar Franco, e, no entanto, nomeado nesse mesmo ano embaixador do Brasil em Lisboa. Antigo entusiasta da ideia de "comunidade de língua portuguesa", José Aparecido tem uma vasta

experiência com um conjunto de intelectuais de diferentes vertentes políticas e ideológicas do Brasil, Portugal e dos Países Africanos (Freixo, 2006, pp. 35-36).

Desta forma, o Embaixador José Aparecido assumiu o papel de principal articulador da CPLP, embarcando numa série de viagens aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para encontrar pontos de fixação para a construção deste espaço comunitário (Freixo, 2006, p. 36).

Sob os esforços de José Aparecido, foi realizada em Brasília, em fevereiro de 1994, a primeira reunião dos países de língua portuguesa e dos ministros das Relações Exteriores, propondo uma reunião de Chefes de Estado e de Governo, com o objetivo de promover o desenvolvimento da mesma.

A CPLP surgiu como um mecanismo cooperativo envolvendo os países lusófonos do Sul e suas variantes, bem como Portugal, que se localiza no Norte. O Brasil está localizado no espaço das Américas, que é também uma extensão do espaço europeu e africano; Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe estão localizados no espaço africano e são também uma extensão do espaço europeu. Além de aderir à CPLP, Timor, localizado no Pacífico, poderá envolver-se com sub-regiões como a Indonésia e a Austrália, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Fórum Regional da ASEAN (ARF) (Imperial, 2016, pp. 16-17).

Atualmente, todos esses países pertencem a um espaço regional único próprio: o Brasil é um país de comércio global, dada a diversidade de parceiros econômicos, devido à sua inserção regional no Mercosul (Mercosul); Angola e Moçambique integram a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) ; Angola também está incluída na Comunidade dos Estados da África Central (ECCAS), ou seja, desempenha ou pode desempenhar um importante papel regional no Conseil de Paix et Sécurité de L'Afrique Central (COOPAX, 2000), não apenas em termos de inter-regionalismo. Na África, Cabo Verde e Guiné-Bissau aderiram à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), São Tomé e Príncipe aderiu à Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) e, finalmente, Timor-Leste, no espaço do pacífico (Imperial, 2016, p. 17).

A CPLP pode constituir um espaço de diversas inter-relações espaciais regionais, capaz de proporcionar novas oportunidades complementares às relações tradicionais Norte-Sul e Sul-Sul, bem como ações previsíveis em vários domínios, sobretudo do ponto de vista cooperativo, e na mais importante linguagem espacial e cultura os planos envolvem nos Estados membros (Imperial, 2016, p. 17).

A cooperação, um dos pilares da CPLP, tem uma dimensão multisectorial e inclui um vasto leque de opções, o que confere aos Estados membros a flexibilidade necessária na definição das suas prioridades (Imperial, 2016, p. 7).

Os Estados membros também têm a função de legitimidade coletiva no sistema político internacional; eles exercem graus variados de controle internacional sobre certas atividades dos seus Estados membros, procuram garantir a gestão das atividades e abordar questões que surgem em escala global ou regional (Imperial, 2016, p. 12).

O papel da Organização em Timor-Leste

A CPLP é um projeto político com base na língua portuguesa e nos laços históricos com nove países, o que constitui um património comum, que forma um espaço geograficamente descontínuo, definido, essencialmente, pela língua. A nível global, este elemento de solidariedade poderá tornar-se a base de uma ação conjunta, cada vez mais importante e influente, cada vez mais imposta no contexto da nova ordem internacional (Imperial, 2016, p. 16).

A Declaração adotada pelos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Língua Portuguesa intitula-se “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”, e a Comunidade de Língua Portuguesa justifica-se ainda mais no contexto da globalização.

Nesse sentido, aproveitar as oportunidades da globalização é obrigação dos Estados membros da CPLP, na busca de soluções para os problemas de sobrevivência social e económica dos seus povos. A nova visão pressupõe uma vontade de conduzir a política internacional, de forma ativa, e não passiva. A ideia deve ser promovida de forma mais equitativa, com foco na melhoria das condições internas da sociedade e no melhor posicionamento desses países no sistema internacional. Por isso, é importante ampliar a capacidade negocial da CPLP nos diversos “fóruns” internacionais, inclusive, possibilitando aproveitar os esforços para ampliar a cooperação internacional e afirmar o multilateralismo (Imperial, 2016, p. 14).

A cooperação internacional deve visar complementar e apoiar políticas económicas domésticas "saudáveis" nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de mover o mundo para o desenvolvimento sustentável (Imperial, 2016, p. 15).

Numa altura em que se valorizam novas orientações nas relações internacionais, é inquestionável a importância de construir uma comunidade de nações nos moldes da CPLP. A globalização exige mecanismos de participação mais flexíveis, enquanto os recursos técnicos encurtam a distância. É reconhecido que a CPLP tem tido pouco sucesso em questões de natureza económica e financeira porque não era esse o objetivo inicial. Nos primeiros anos da sua existência, nenhum número ou implementação de

quaisquer iniciativas justificou o aumento das trocas comerciais entre os Estados membros (Imperial, 2016, p. 36).

A cooperação entre os Estados membros é um dos pilares da comunidade lusófona, muito importante para a consolidação dos laços de solidariedade que orientam as relações entre todos. Esta cooperação baseia-se na fusão da linguagem, nos elementos culturais e históricos, nos interesses comuns. O Secretariado Executivo que inicialmente estabeleceu convênios com organizações de carácter cultural e/ou técnico, agora estendeu essa ação a outros setores da sociedade. A assistência técnica inclui a disponibilização de recursos para formação, no domínio da educação e formação profissional, ou a disponibilização do equipamento necessário ao funcionamento dos serviços de consultoria e formação prestados. Deste modo, verifica-se que a cooperação mais comum com outras organizações internacionais se faz, então, através de mecanismos de assistência técnica e financeira (Imperial, 2016, p. 39).

As reuniões colaborativas de Pontos Focais estão desempenhando um papel cada vez mais importante e relevante para a identificação, iniciação e acompanhamento de projetos multilaterais, consolidando a cooperação como um aspeto importante para a promoção do desenvolvimento e aprofundamento da solidariedade entre os Estados (Imperial, 2016, p. 40).

Neste contexto, têm vindo a ser desenvolvidos esforços para viabilizar alguns projetos, com o apoio dos técnicos, sobretudo em áreas prioritárias como a saúde, educação, administração pública, desenvolvimento empresarial, telecomunicações, desenvolvimento social. Para melhorar e aumentar o nível de conhecimento dos técnicos dos países membros da CPLP sobre metodologias relacionadas com o processo de cooperação para o desenvolvimento, são realizadas atividades de formação, tais como: Formação Internacional para a Análise e Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica (ProCTI-MAE); cursos de capacitação em tecnologia educacional; suporte de Formação de Recursos Humanos em Saúde dos PALOP; Cursos de Elaboração e Avaliação de Projetos de Cooperação Técnica; Cursos de Formação Prática Diplomática e Consular; Cursos de Formação de Empresários - Curso de Práticas Empresariais; Curso de Administração e Gestão Escolar; Curso de Elaboração de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento; Curso de Formação em Estatística da Educação; Cursos sobre formulação e monitoramento de projetos de ciência, tecnologia e inovação para funcionários da Secretaria Executiva e Estados Membros (Imperial, 2016, p. 41).

Capítulo II – Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)

O artigo 8.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste trata do assunto das Relações Internacionais, no parágrafo dois quando declara:

A República Democrática de Timor-Leste estabelece relações de amizade e cooperação com todos os outros povos, preconizando a solução pacífica dos conflitos, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva e a criação de uma nova ordem económica internacional, capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

E ainda no parágrafo três: “A República Democrática de Timor-Leste mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa” (Timor-Leste, 2002, p. 10). O conteúdo destes dois parágrafos permitiu ao governo de Timor-Leste, através do MNEC, avançar com uma missão permanente junto da CPLP.

O artigo referido trata da posição de Timor-Leste no mundo e contém os princípios e regras jurídicas básicas que orientam o Estado de Timor-Leste no desempenho das suas responsabilidades no âmbito das relações que estabelece e mantém com outros Estados soberanos e outros Estados membros da comunidade internacional. A filosofia geral é ser extremamente aberta às relações com outros povos e nações, e combinar favoravelmente a conduta do Estado timorense com os princípios jurídicos fundamentais que regem a vida internacional (Vasconcelos, 2011, p. 43).

Este princípio significa que Timor-Leste é definido como um Estado independente nas suas relações com outros Estados e outros sujeitos de direito internacional, ou seja, tem autonomia suficiente para tomar e implementar decisões, tanto na ordem interna como na ordem internacional, sem reconhecer ou impor decisões externas (Vasconcelos, 2011, p. 43).

O princípio da igualdade soberana das nações é aceite na ordem internacional e no artigo 2.º, parágrafo 1, da Carta das Nações Unidas e baseia-se no facto de os Estados não estarem subordinados a qualquer outra entidade e, portanto, terem o estatuto igual ao de todos os Estados na comunidade internacional, e traduz-se na mesma medida das capacidades de cada Estado, seja político, militar ou económico. Todos têm os mesmos

direitos ou capacidades e os mesmos deveres ou obrigações, independentemente do tamanho do território ou da população (Vasconcelos, 2011, p. 45).

O último princípio incluído na lista de verificação do artigo 8.º, n.º 1, é o princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros países e vice-versa. É também um princípio estrutural, geral da ordem jurídica internacional, constituindo uma consequência da independência e igualdade dos Estados soberanos, e através do disposto n.º 7 do artigo 2 na carta das Nações Unidas, a sua dedicação positiva mais visível está relacionada com a atuação das Nações Unidas (Vasconcelos, 2011, p. 46).

O 3º parágrafo do artigo 8º contém disposições sobre o tratamento preferencial de outros países nas relações com Timor-Leste. No mesmo parágrafo que diz respeito à relação de outros países de língua portuguesa, além de se respeitarem os princípios e regras anteriores, devem procurar manter-se relações privilegiadas com os respetivos Estados.

O apelo a uma língua oficial comum para delinear um grupo de países com os quais Timor-Leste deve manter relações mais estreitas, assenta na afinidade cultural pressuposta pela identidade linguística e pela experiência histórica partilhada, a qual irá propiciar o surgimento de uma melhor interação. Timor-Leste aderiu à CPLP em 2002 com o objetivo de estabelecer relações privilegiadas com os países de língua portuguesa (Vasconcelos, 2011, p. 48).

O parágrafo 4 do artigo 8º prevê também o estabelecimento de laços especiais de amizade e cooperação entre Timor-Leste e os seus vizinhos e países da região, ou seja, países com fronteiras terrestres e marítimas com Timor-Leste (Indonésia) ou países com apenas fronteiras marítimas (Austrália). Cabem também os países do Sudeste Asiático, a região onde se localiza Timor-Leste, e outros países do Pacífico Sul.

A intenção de aderir à ASEAN, organização internacional de cooperação regional que inclui vários países do Sudeste Asiático, foi anunciada pelos titulares das instituições soberanas de Timor-Leste, e é um exemplo qualificado de procura de relações especiais de amizade e cooperação com os países da região (Vasconcelos, 2011, p. 47).

Neste momento Timor-Leste tem um total de 34 missões, numa combinação entre 27 missões, uma representação permanente e alguns postos consulares. De acordo com o plano estratégico do MNEC, devia ter no mínimo 30 embaixadas e outros consulados. Para além disso é de salientar a sua integração nas organizações regionais e internacionais. Mantém muitas relações internacionais e acede a quase todos os tratados e convenções que regulam a matéria dos direitos humanos, relacionados com a climatologia, navegação, entre outros. Também faz parte de organizações regionais e trans regionais onde tem algum interesse específico que consideramos importante para a salvaguarda da sua identidade, integridade e prosperidade. Recentemente está em

preparação para aderir à ASEAN, que é uma configuração entre os países do Sudeste Asiático. Está também como observadores no grupo do pacífico, onde já expressámos o nosso interesse em aderir ao Secretariado da Comunidade do Pacífico, um secretariado de 26 países, do qual os Estados Unidos também fazem parte. Para além disso Timor-Leste está a participar ativamente nos fóruns internacionais.

Caracterização da MPTL

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, assinada em Viena em 18 de abril de 1961, reconhece o direito das missões diplomáticas de representar o seu país junto ao país recetor, possibilitando negociar e promover as relações bilaterais ou multilaterais, levando em consideração a proteção e promoção dos interesses nacionais (Ramos, 2014, p. 25).

A Missão Permanente de Timor-Leste junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (MPTL-CPLP) foi instituída em janeiro de 2009. Timor-Leste é o terceiro Estado membro a estabelecer em Lisboa, uma Missão Permanente junto da CPLP, com o objetivo de focalizar recursos para os temas referentes à CPLP. A República Federativa do Brasil foi o primeiro Estado membro a abrir uma delegação em julho de 2006, seguida da República da Guiné-Bissau em outubro de 2007. De acordo com os Estatutos da CPLP, os Estados membros podem estabelecer missões permanentes conforme entenderem, a fim de alinhar a organização com a prática internacional a este respeito (CPLP S. E., 2009).

Uma Embaixada ou Missão Diplomática é a representação de um determinado país ou Estado no exterior, através de um embaixador, também intitulado de Chefe de Missão. O embaixador é a figura central da embaixada e é responsável pela liderança das missões diplomáticas do seu país no exterior. No entanto, o chefe de missão não só tem de representar o seu país no estrangeiro, mas também lidar com questões multifacetadas, nomeadamente económicas, culturais, políticas e diplomáticas e salvaguardar ou garantir os direitos dos seus cidadãos e proteger os interesses do seu país no país de acolhimento (Ramos, 2014, p. 25).

De acordo com o artigo 3 da Convenção de Viena verifica-se uma definição do papel da Missão Diplomática que consta do seguinte:

- a) Representar o Estado acreditante perante o Estado acreditador;
- b) Proteger no Estado acreditador os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais, dentro dos limites estabelecidos pelo direito internacional;

- c) Negociar com o Governo do Estado acreditador;
- d) Inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditador e informar a esse respeito o Governo do Estado acreditante;
- e) Promover relações amistosas e desenvolver as relações económicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditador.

Nenhuma disposição da presente Convenção poderá ser interpretada como impedindo o exercício de funções consulares pela missão diplomática (Viena, 1961).

Ao longo do ano, o corpo diplomático realiza um conjunto de ações destinadas a promover a vitalidade da comunidade lusófona. As atividades diplomáticas em política, cultura, educação e outras valências, aproximam países e Estados membros de suas comunidades e ao mesmo tempo promovem-se junto de outros países que não os da CPLP (Ramos, 2014, p. 32).

Composição hierárquica das Instituições

Estrutura de CPLP

Toda a organização internacional deve ter um órgão permanente independente, ou seja, a organização possui uma estrutura orgânica de funcionamento que não está vinculada ao seu país fundador. Não há estipulação de como uma organização internacional deve ser estruturada, mas geralmente consiste em uma assembleia (da qual todos os membros fazem parte) e uma secretaria executiva, que é um poder executivo. Toda a organização internacional tem autonomia jurídica. “Tal autonomia serve para que a entidade possa realizar os fins definidos por tratado constitutivo numa relação de cooperação ou integração com as unidades estatais que a constituem” (Tenório, 2018, p. 56).

A CPLP é constituída pelos seguintes órgãos: Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, composta pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados membros; Conselho de Ministros, constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de todos os Estados membros; Comité de Concertação Permanente, que inclui representantes de cada Estado membro (embaixadores e chefes de missões diplomáticas em Portugal, junto da Sede da CPLP); Reunião de Pontos Focais de Cooperação, que convoca as unidades dos Estados membros responsáveis pela coordenação da

cooperação no âmbito da CPLP; Reuniões Ministeriais, incluindo ministros de diferentes departamentos governamentais de todos os Estados membros. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP, chefiado pelo Secretário Executivo que é eleito pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. Os Estatutos da CPLP estipulam que as decisões das hierarquias da CPLP são tomadas por consenso de todos os Estados membros. Os fundos da CPLP são provenientes de doações dos Estados membros e a cota é determinada pelo Conselho de Ministros (CPLP E. d., 1996).

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo, como órgão máximo da CPLP, é responsável por definir e dirigir a política e estratégia global da CPLP, adotar os instrumentos jurídicos necessários à execução dos regulamentos, mas podendo delegar essas competências no Conselho de Ministro e estabelecer as instituições necessárias para o bom funcionamento da CPLP. De entre os seus membros, por rotação, um presidente para um mandato de dois anos, eleger o Secretário Executivo para o período de dois anos. Estas reuniões costumam ser realizadas a cada dois anos, especialmente quando solicitadas por dois terços dos Estados membros. As decisões das reuniões são tomadas por consenso e são obrigatórias para todos (CPLP E. d., 1996).

Ao Conselho de Ministros compete aprovar o orçamento da CPLP, fazer recomendações à Assembleia Parlamentar sobre questões de política geral e o funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP, recomendar à Assembleia parlamentar candidatos aos cargos de Secretário Executivo, convocar conferências e outras reuniões para fazer avançar os objetivos e planos da CPLP e completar outros trabalhos que lhe sejam atribuídos pela Assembleia Parlamentar (CPLP E. d., 1996).

O Comité de Concertação Permanente tem como competências fiscalizar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas de outros órgãos da CPLP, reunindo-se, habitualmente, mensalmente, e, se necessário, em sessão extraordinária, coordenada pelo Ministro de Estado que preside ao Conselho, podendo deliberar sobre determinados assuntos, sujeito a referendo do Conselho de Ministros (CPLP E. d., 1996).

A Assembleia Parlamentar é o órgão da CPLP que reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respetivos países; Os Parlamentos Nacionais têm igual voto na Assembleia; Compete à Assembleia Parlamentar: a) Apreciar todas as matérias relacionadas com a finalidade estatutária e a atividade da CPLP, dos seus órgãos e organismos; b) Emitir parecer sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP; c) Reunir-se, a fim de analisar e debater as respetivas atividades e programas, com o Presidente do Conselho de Ministros, o Secretário Executivo e o Diretor Executivo do

Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP e bem assim com os responsáveis por outros organismos equiparáveis que venham a ser criados no âmbito da Organização; d) Adotar, no âmbito das suas competências e por deliberação que reúna a maioria expressa do conjunto das suas delegações, votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações (CPLP E. d., 1996).

Compete à Reunião dos Pontos Focais da Cooperação assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade e por último as Reuniões Ministeriais têm como competências coordenar, a nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respetivos sectores governamentais (CPLP E. d., 1996).

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem autonomia própria na SECPLP, e tem as seguintes competências: a) executar as decisões da Assembleia Geral, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente; b) planear e assegurar a execução do plano da CPLP; c) Organizar e participar nas reuniões dos órgãos da CPLP d) Acompanhar a implementação das decisões ministeriais e outras iniciativas da CPLP (CPLP E. d., 1996).

Organigrama da CPLP



Figura 2 – *Organigrama da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*
 Fonte: Realizado pelo autor

Estrutura da MPTL

Existe uma série de atividades e funções para apoiar o funcionamento da embaixada. Desta forma, os membros do corpo diplomático são divididos em duas categorias, a saber: o Representante Diplomático - composto por um Embaixador/Chefe da Missão; o Pessoal Diplomático; os membros da Missão com funções administrativas, técnicas e de manutenção (Ramos, 2014, p. 25).

A Missão Diplomática de Timor-Leste junto da CPLP (MPTL) é alicerçada por uma composição hierarquizada de agentes diplomáticos e membros administrativos, técnicos e de serviços. Deste modo, a missão diplomática é composta, atualmente, pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Dra. Marina Isabel Maria Ribeiro Alkatiri, pelo diplomata Segundo Secretário, Dr. Alfaro Júlio Araújo, pelos Técnicos de Político-diplomática, Dra. Gizela Tavares, Consultora Política-diplomática, Dra. Andreia Pires, Técnica Superior, Sra. Dorinha Gabriela, Técnica Administrativa e, por fim, apoio logístico do Sr. José António, motorista, e da Sra. Antonieta Pereira, apoio de serviço de manutenção.

Embaixadora

Exerce a função como representante oficial do Estado de Timor-Leste junto da CPLP. Representa o Estado Timor-Leste nas reuniões do Comité Concertação Permanente da CPLP. Em nome do Estado toma as decisões político-diplomáticas. É a Chefe da Missão e responsável máxima pelo funcionamento da Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP. Avalia e aprova o plano de ação e o orçamento da Missão Permanente da CPLP. Pessoa Orientadora que instrui e aprova todas as atividades e iniciativas da Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP (MPTL, 2021).

Segundo Secretário

Acompanha o Chefe da Missão nas reuniões ordinárias e extraordinárias de Conselhos de Ministros dos Negócios Estrangeiros; acompanha o Chefe da Missão nas reuniões de Comité da Concertação Permanente da CPLP; representa o Chefe da Missão nas reuniões de CCP em caso ausente do superior; providencia as informações necessárias para o Chefe da Missão antes de tomada de decisão em nome do Estado, nas reuniões da CPLP; participa nas reuniões do Grupo de Trabalho da CPLP; acompanha semanalmente o assunto da Administração e Finanças antes de aconselhar o Chefe da Missão sobre as despesas para a Missão Permanente; coordena e prepara o Plano Ação

Anual da Missão Permanente e o seu orçamento, antes de submeter à aprovação do Chefe da Missão; segue todos os desenvolvimentos na área da cooperação no âmbito de CPLP; relata e atualiza semanalmente ao Chefe da Missão todos os assuntos da CPLP, nomeadamente a concertação político-diplomática e de cooperação em todos os domínios (MPTL, 2021).

Outros colaboradores/ Funcionários

Consultora Política

Analisa e relata, semanalmente, ao Chefe da Missão todas as informações na agenda política da MPTL; encaminha todas as informações provenientes do Secretariado Executivo da CPLP para despacho do Chefe de Missão, para despacho da Embaixadora e posterior envio para Timor-Leste; participa nas reuniões do Grupo de Trabalho ordinário e extraordinário da CPLP; apoia a técnica superior e a técnica administrativa na preparação do Plano de Ação Anual e o orçamento da Missão. É responsável também pela preparação dos discursos oficiais realizados pela embaixadora, cartas e ofícios (MPTL, 2021).

Técnica Superior

Responsável pelo seguimento das áreas de cooperação nomeadamente: Turismo, Comércio e Indústria, Educação, Cultura, Defesa e Segurança, Ambiente, Saúde e Agricultura; acompanha os diplomatas nas reuniões dos Pontos Focais da Cooperação e Grupo de Trabalho; em coordenação com os diplomatas relata os resultados dos assuntos que foram discutidos na reunião e pontos de situação de todas as cooperações no âmbito da CPLP; coordena com o Secretariado Executivo da CPLP sobre as cooperações entre SECPLP e Timor-Leste; informa os Ministérios ou Secretariados de Estado relevantes em Timor-Leste sobre a cooperação através do Ponto Focal da Cooperação no MNEC; encaminha os convites para as reuniões aos Ministérios e Secretariados de Estado através ao Ponto Focal da Cooperação no MNEC; informa o SECPLP, com o conhecimento de Embaixador, sobre o desenvolvimento da cooperação em Timor-Leste; facilita as viagens dos Ministros, Secretários de Estado e as outras entidades que vêm para participar nas reuniões no âmbito da CPLP; informa o país ou as organizações que organizam as reuniões sobre a chegada e partida das participantes de Timor-Leste; coordena com os Ministérios ou Secretariados de Estado relevantes sobre os alojamentos

e hotéis incluindo providenciar os transportes e informa que os custos serão da responsabilidade da delegação; efetua o pedido ao Protocolo de Estado sobre a reserva da Sala VIP no aeroporto em Lisboa e Coordena a execução das várias cooperações com o Ponto Focal da CPLP no MNEC-TL (MPTL, 2021).

Apoio Administrativo

Responsável pela execução e gestão de todas as despesas da Missão Permanente; Recolhe os recibos e prepara o relatório financeiro para o enviar à sede MNEC; Apresenta um relatório de despesas semanal ao Embaixador e Segundo Secretário, incluindo estrato bancário da semana; Efetua as despesas sempre com a autorização do Chefe da Missão e de acordo com o orçamento previamente delineado; Arquiva todas as cópias de recibos e envia o original às finanças sede MNEC, bem como todos os documentos de notas verbais, de entrada e saída da MPTL (MPTL, 2021).

Motorista

Condutor do carro oficial da Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP que cuida e faz um controlo regular do carro oficial; é o encarregado principal para a caixa de correio; é ainda o responsável principal para a manutenção dos equipamentos eletrónicos e mobiliários da Missão Permanente (MPTL, 2021).

Apoio de Serviço

A Missão tem também um funcionário responsável pelo apoio diário à manutenção higiénica dos respetivos locais (MPTL, 2021).

Na figura que se segue estão representados todos os agentes diplomáticos e seus respetivos papeis, que estão em função, atualmente, na Missão Permanente de Timor-Leste em Lisboa (MPTL, 2021).

Organigrama da MPTL

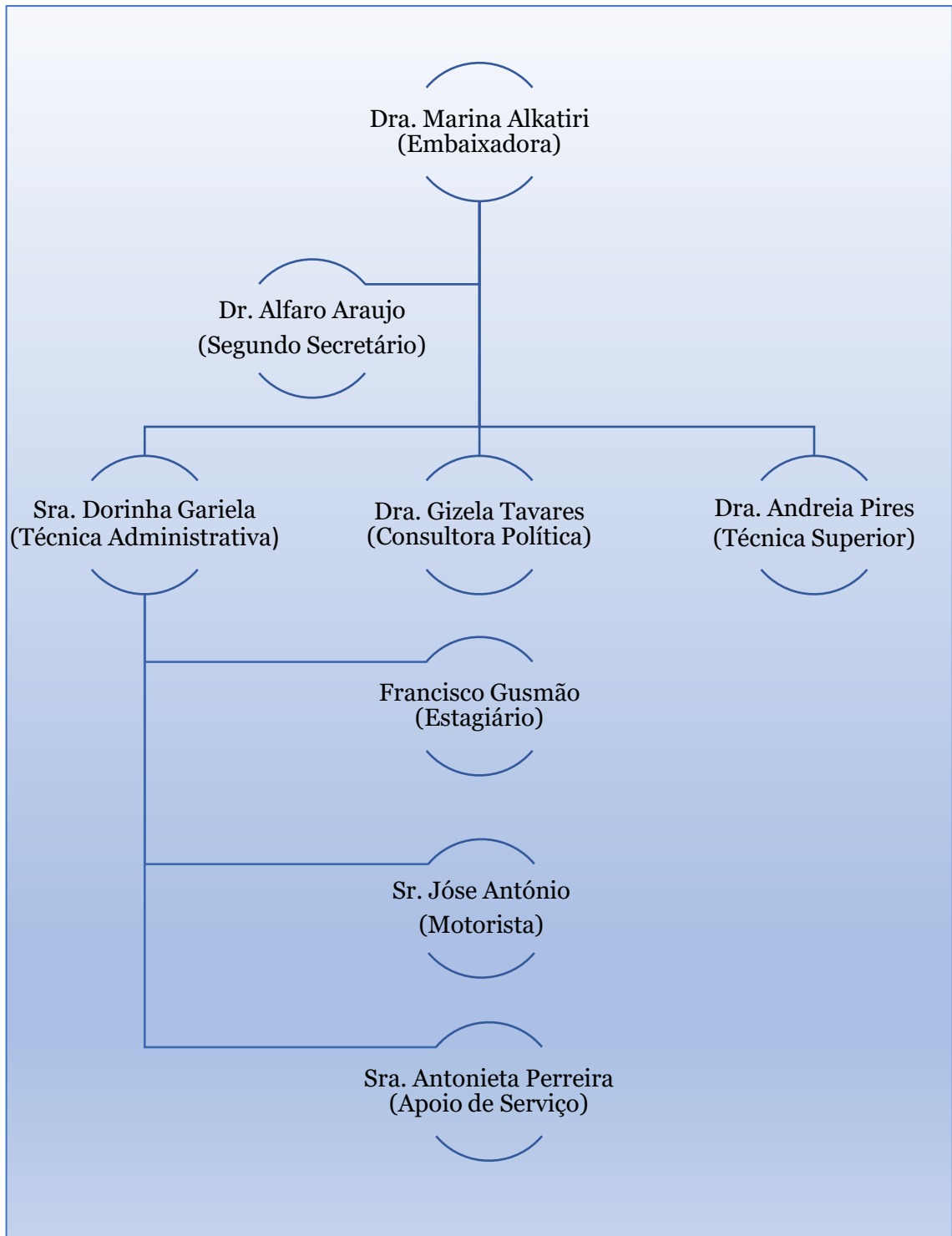


Figura 2: Organigrama da MPTL

Fonte: Realizado pelo autor

Atividades da CPLP em cooperação com a MPTL junto da CPLP

Timor-Leste tornou-se o oitavo membro de pleno direito da Comunidade criada pela CPLP. Os benefícios da participação de Timor-Leste na CPLP dividem-se em três períodos: antes da restauração da independência, após a independência e no futuro, o que pode trazer muitos benefícios ao país. Recorda-se que na luta pela restauração da independência de Timor-Leste, o apoio dos países da CPLP foi decisivo nas negociações internacionais em prol do direito inalienável do povo à autodeterminação.

Os países da CPLP são vistos como aliados estratégicos e históricos de Timor-Leste.

“Não podemos esquecer que em tempos difíceis, eles lutaram ao nosso lado. Durante os primeiros cinco anos de nossa resistência diplomática estrangeira, a ajuda dos países africanos de língua portuguesa foi fundamental”. Neste contexto, os governos de Moçambique e Angola se destacam à causa de Timor-Leste o mais generoso, em termos de apoio político, "sem este apoio, as lutas diplomáticas de Timor-Leste no exterior teriam sido mais difíceis e o caso de Timor-Leste teria sido esquecido pela ONU. (Tatoli, 2021)

afirmou Jesuíno Alves, o Diretor-Geral para os Assuntos Multilaterais e Regionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Segundo o Dr. Jesuíno Alves, na luta pela reconquista da independência, Timor-Leste sempre mereceu uma atenção especial dos países de língua portuguesa. Sempre houve um consenso dentro da CPLP sobre a questão da autodeterminação de Timor-Leste.

O caso de Timor é um elemento unificador dos países da CPLP, os PALOP formaram um grupo de interesse em África, como Portugal na Europa e o Brasil na América Latina. Uma mão que nos ajuda em tempos difíceis vale mais do que mil mãos que nos abraçam nos momentos de sucesso (Tatoli, 2021).

Na área da cooperação, na consulta popular (referendo 1999) organizada pelas Nações Unidas, a independência foi escolhida por esmagadora maioria, com os países da CPLP como Portugal e Brasil a prestar novamente apoio bilateral e multilateral durante e depois do mesmo, concretamente no enquadramento institucional das recém-criadas instituições de Timor-Leste com maior ênfase nos setores de segurança, justiça e da educação, das quais se destacam a formação das Falintil – Forças de defesa de Timor-Leste (F-FDTL) e a participação de agentes de polícia portugueses (GNR) na construção

da polícia nacional de Timor-Leste (PNTL); no planeamento do regime político timorense, dos órgãos da administração pública e também na elaboração do código civil; finalmente, no setor da educação e desenvolvimento através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), para a reintrodução da língua portuguesa no sistema de ensino timorense. (Leitão, 2015, pp. 69-70). Foi a partir de bons exemplos diplomáticos como estes que “durante os últimos 19 anos da CPLP, Timor-Leste beneficiou de vários projetos de cooperação, sobretudo nas áreas da educação, saúde, agricultura” disse o Diretor-Geral para os Assuntos Multilaterais e Regionais do MNEC (Tatoli, 2021).

Em 2002, o país fez do português uma das línguas oficiais da sua constituição, tendo coragem de o implementar em áreas geográficas onde o inglês e o indonésio persistem. O facto releva o papel fundamental de Timor-Leste na defesa do português na região e em todos os fóruns onde o português tem primazia. Os benefícios desta ação são recíprocos. O português é conhecido no mundo através de Timor-Leste e Timor-Leste na comunidade. Timor-Leste é membro ativo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e paga quotas regulares à instituição (Tatoli, 2021).

Vale ainda lembrar o capital humano e financeiro que Timor-Leste investiu na CPLP desde 2009, com a abertura do corpo diplomático da organização, o aumento da sua quota obrigatória em 2012, e a sua participação ativa em reuniões setoriais e prestação apoio em várias atividades. Em 2014 Timor-Leste esteve na Presidência da CPLP. Atualmente o secretário executivo da CPLP também é de Timor-Leste.

Como resultado, o país tem feito progressos dentro da comunidade. É importante aproveitar os progressos alcançados no amplo palco internacional. Para o efeito, na IX Cimeira de Chefes de Estados e de Governo, em Maputo, em 2012, o presidente da RDTL propôs acolher a décima cimeira da CPLP em Díli e exercer a presidência rotativa da organização no biénio 2014 a 2016. A presidência de Timor-Leste da Comunidade de Língua Portuguesa surge num momento em que a dinâmica mundial está claramente a mudar e a desenvolver-se, o que tem implicações na capacidade dos países de exercerem a sua soberania e de manterem e planearem o mundo. "É nesta linha que Timor-Leste propõe o tema da presidência bienal da Comunidade de Língua Portuguesa e a Globalização" afirmou Dr. Jesuíno Alves (Tatoli, 2021).

A singularidade da CPLP é que os seus países membros que estão espalhados por vários continentes e estabeleceram uma rede de interesses e valores comuns que transcendem as distâncias geográficas, assente numa base sólida de linguagem comum e laços históricos e culturais. Contudo não é só com os países com os quais partilha traços identitários comuns – como a língua ou legado histórico - mas também com outras nações influentes a quem tem vindo a despertar a atenção como os Estados Unidos e a Turquia (Tatoli, 2021).

Atualmente, a CPLP conta com 33 observadores associados: Maurícias, Senegal, Geórgia, Japão, Namíbia, Turquia, Eslováquia, Hungria, República Checa, Uruguai, Reino Unido, Argentina, Itália, Chile, França, Sérvia, Luxemburgo, Andorra e Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (CPLP, Comunidades dos Países de Língua Portuguesa , s.d.).

A 17 de julho de 2021, a XXVI Reunião de Conselho de Ministros da CPLP recomendou à XII Conferência de Chefes de Estados e de Governo a admissão dos seguintes candidatos à categoria de observadores associados da CPLP: Peru, Qatar, Roménia, Grécia, Espanha, Canadá, Costa Marfim, Estados Unidos, Irlanda, Índia, Paraguai, Conferência Iberoamericana, Organização Europeia de Direito Público e G7+ (CPLP, Comunidades dos Países de Língua Portuguesa , s.d.).

Página em Branco

Capítulo III – Estágio Curricular

Este capítulo prossegue com uma análise crítica e descritiva de todas as atividades inerentes ao programa de estágio efetuado na Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP em Lisboa. Descrevem-se os objetivos, a motivação na escolha do local de estágio, a metodologia de trabalho utilizada e a evolução registada durante o tempo de estágio (objetivos iniciais e resultados finais). O capítulo conclui com uma reflexão crítica do trabalho realizado apontando os pontos fortes e fracos.

Projeto de estágio: objetivo das atividades previstas

Este relatório de estágio faz parte do programa de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior. No segundo ano do mestrado em questão é oferecida a opção de escrita de uma dissertação ou de um relatório de estágio, onde se descrevem as atividades desenvolvidas e os conhecimentos adquiridos. A opção pela realização de um estágio recaiu na MPTL, visto tratar-se de um local que me permitiu estar perto da minha pátria e também porque me vai permitir alargar os conhecimentos práticos adquiridos durante a formação académica e ao mesmo tempo desenvolver competências a nível profissional e organizacional, com vista ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, com este estágio pretendeu-se ainda desenvolver novas competências linguísticas e de comunicação eficaz com diversos interlocutores e sobretudo aprofundar a compreensão de todas as funções da MPTL enquanto instituição.

A duração do estágio estava prevista para 4 meses com início no dia 1 de outubro de 2021 e finalização a 31 de fevereiro de 2022. No entanto, pelo envolvimento e gosto pela atividade desenvolvida na missão, requereu-se mais 6 meses de extensão de permanência na MPTL, a qual foi permitida. O prolongamento da minha permanência nesta instituição permitiu aprofundar com mais rigor e clareza todos os procedimentos diplomáticos realizados. O meu envolvimento na realização das atividades permitiu pôr em prática os conhecimentos adquiridos na universidade, promoveu um maior gosto e entusiasmo por desenvolver esta atividade como atividade profissional de futuro.

Foi nomeada como coordenadora do referido estágio a Dra. Andreia Pires que se preocupou em fazer a minha devida integração e me transmitiu todos os conhecimentos necessários ao bom funcionamento da Missão. No início do estágio foi entregue um plano de estágio, um documento que identifica as tarefas a realizar e identifica o trabalho previsto. De acordo com o programa de estágio, os supervisores designam atividades a

serem realizadas diariamente, supervisionam o trabalho e fazem apresentações para facilitar a integração dos estagiários nas atividades da missão. Foram muito diversificadas as atividades propostas, desenvolvidas e realizadas durante o estágio, tais como: Pesquisa, recolha e tratamento de informação relacionada com programas internacionais nomeadamente os assuntos dos Estados membros da CPLP; apoio a departamentos político-diplomáticos; realização de pesquisas sobre áreas temáticas ou Estados membros; atualização das fichas sobre o relacionamento de Timor-Leste com os países da CPLP; elaboração de apontamentos e relatórios das inúmeras reuniões; apoio na análise de documentos sobre assuntos pertinentes às matérias que lhe foram confiadas; acompanhamento e pesquisa de assuntos da agenda da CPLP relativa a Timor-Leste; apoio na preparação de reuniões; apoio na preparação de encontros/visitas de cortesia e ou reuniões bilaterais e multilaterais; acompanhamento das reuniões das mais variadas temáticas; seminários, eventos e apoio ao trabalho da Delegação da Missão; apoio à Missão no âmbito das atividades político-diplomáticas nas várias vertentes da relação bilateral (política, economia, educação, ciência e tecnologia, investigação e inovação tecnológica, consular e protocolar); acompanhamento das atividades culturais no âmbito da atividade diplomática e cultural da MPTL-CPLP e apoio na elaboração de ofícios e notas verbais.

Atividades realizadas no estágio

A CPLP é uma organização internacional composta pelos países que partilham entre si a mesma língua. Traduz-se por um simbolismo histórico com afinidades diversas entre várias nações, um sonho acalentado por várias personalidades e pelos povos dos países de língua portuguesa espalhados pelos diversos continentes. A CPLP é um ator de relevo no panorama internacional caracterizado pelas suas relações com diversas organizações regionais e sub-regionais (Ilharco, 2003, p. 31).

A Missão Permanente da Timor-Leste junto à CPLP é o Comité em Portugal, Lisboa, onde estão concentradas as representações dos Estados membros da Comunidade. O seu papel é o acompanhamento e cumprimento das decisões e recomendações do Secretariado Executivo elaboradas por outros órgãos da CPLP e aprovadas pela Cimeira dos Chefes dos Estados e ou Governos dos Estados membros. A influência desta instituição está cada vez mais presente no âmbito internacional. Acredito, ainda, que, futuramente, esta experiência seja relevante pessoal e profissionalmente.

A MPTL é o local onde, diariamente, decorrem reuniões em vários setores no domínio da CPLP. O estagiário, tal como planificado, deve acompanhar todas estas atividades. Está inserido em todas as reuniões do Grupo de Trabalho a nível ministerial, tanto nas reuniões do Comité de Concertação Permanente, a nível dos embaixadores, como acompanhar os diplomatas na receção das visitas de cortesia de Estados membros. Passo a citar algumas destas reuniões, onde, como estagiário, tive a oportunidade de participar.

Reuniões Técnicas

Reuniões dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP – Preparação da X Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP.

Nestas reuniões fizeram-se propostas para inserção nos Planos Estratégicos de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior da CPLP (2022/2026). Estes planos desenvolvem-se a partir de uma perspetiva que reconhece o potencial do Ensino Superior, da Ciência e da Tecnologia como vetores estratégicos para o crescimento económico e o desenvolvimento social dos Estados membros da CPLP. Assim sendo, o objetivo central deste instrumento orientador passa por garantir a disponibilidade de uma visão estratégica de médio prazo, tendo em vista o reforço da cooperação multilateral entre os Estados membros. Nestas reuniões também foi aprovado o Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, a fim de garantir a materialização das deliberações dos órgãos estatutários da CPLP, contribuindo deste modo para o aprofundamento das relações entre os povos, para a garantia e acesso ao usufruto social do conhecimento técnico, científico e tecnológico e para a afirmação da CPLP no mundo.

Reunião Técnica Conjunta de Pontos Focais da Educação e da Cultura da CPLP.

No quadro da presidência angolana em exercício da CPLP, o Ministério da Educação realizou a II Reunião Extraordinária de Ministros da Educação da Comunidade com o objetivo principal de aprovar o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Educação 2022-2026. Na mesma Reunião Ministerial foi feita uma reflexão sobre os desafios da reorganização curricular que poderá identificar pistas para uma colaboração futura no domínio do currículo entre os Estados membros da Comunidade e o BIE – UNESCO. O cenário mundial continua marcado por incertezas

causadas pela pandemia da Covid-19 e com sérias implicações no processo de ensino-aprendizagem. Esta situação tem causado ainda algumas imprecisões sobre a forma de atuação dos Ministérios da Educação, no que concerne ao cumprimento do Ano Letivo. Para o efeito, com vista a manter o curso das aulas, têm sido tomadas, de entre outras, medidas referentes à reorganização curricular, à redução do número de alunos nas salas de aulas, à redução do tempo de permanência dos alunos na escola e ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Nas Reuniões dos Grupos de Trabalho da Educação e da Cultura da CPLP foram feitas propostas em áreas de atuação diversificadas tais como: Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (AEJA); Alimentação Escolar; Educação em tempos de emergência; Ensino Técnico Profissionalizante; Portal da Educação; Rede de Escolas Amigas da CPLP e Sistema eficaz de avaliação das aprendizagens e dos sistemas educativos na CPLP.

IV Reunião Técnica Conjunta preparatória da I Reunião Conjunta dos Ministros Responsáveis pela Economia, Comércio e Finanças da CPLP.

Cada vez mais cientes deste potencial económico, os Estados membros têm vindo a concertar as suas prioridades nesta área, nomeadamente quanto à promoção de um quadro favorável aos negócios, ao investimento e às exportações, conforme as deliberações ao nível da Reunião de Ministros do Comércio têm vindo a evidenciar. Num período de desaceleração do crescimento económico mundial, em que os impactos negativos da globalização originam contestações ao paradigma de desenvolvimento económico, abrindo caminho à adoção de medida protecionistas, os fóruns e as organizações multilaterais como a CPLP propõem-se a encontrar soluções concertadas para os desafios globais. Uma estratégia para o reforço da cooperação económica na CPLP constitui uma oportunidade para os Estados membros se apoiarem mutuamente e promoverem a partilha de informação, a convergência de políticas públicas sobre temas globais, instrumentos multilaterais que reforcem a capacidade produtiva, a formação dos recursos humanos e estimulem as trocas comerciais e a captação de investimento, essenciais para o desenvolvimento das economias dos nossos países.

XLIII Reunião dos Pontos Focais da Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Esta reunião realizada em formato híbrido foi presidida por Angola e contaram ainda com os Pontos Focais da Cooperação da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da

República da Guiné-Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, da República Democrática de Timor-Leste. Estiveram também presentes, como convidados, nas sessões de abertura e de encerramento da reunião, representantes das organizações internacionais. As opções estratégicas de cooperação e os objetivos programáticos da CPLP, incentivos à participação pública, diversificação de parcerias, melhorias nos processos de monitorização – surgem alinhados com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e com a Agenda 2063 da União Africana.

Ao longo destes dias de trabalho, tive a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre os Pontos Focais da Cooperação (PFC) que partilharam e analisaram as informações dadas pelos Estados membros sobre atividades em execução, nos respetivos contextos, tais como: atividades em contexto de Pandemia; progressos na implementação dos ODS nos Estados membros; calendário e modelo das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP; constituição de grupos de trabalho; acompanhamento das atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP; seguimento das deliberações da XLII RPFC; execução Financeira do Fundo Especial. Após análise e discussão dos temas acima referidos foram aprovados vários documentos a aplicar.

Audiência com Dr. Aldo Costa, Candidato para membro do Comité dos Direitos Humanos.

Acompanhei a receção deste novo candidato, na sede da Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP, bem como o encontro com o Segundo Secretário, Dr. Alfaro Araújo e o Dr. Aldo de Campo Costa, candidato brasileiro para membro do Comité dos Direitos Humanos onde esteve também presente o Secretário João Melo. Este candidato partilhou e apresentou a sua visão sobre a sua missão como membro do Comité dos Direitos Humanos (2023/2026). O Comité de Direito Humanos, com sede em Genebra, é um órgão criado pelo Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, em 1966 e é composto por 18 especialistas que atuam, de forma pessoal, em relação ao cumprimento dos Direitos Humanos. A vinda deste candidato teve como objetivo principal pedir o apoio de Timor-Leste à sua candidatura.

Reuniões de Comité de Concertação Política (CCP)

O Comité de Concertação Permanente reúne-se, geralmente, mensalmente e, se necessário, ainda pode realizar reuniões extraordinárias. As decisões do Comité de

Concertação Permanente são tomadas por consenso e podem ser criados grupos de trabalho para reforçar o apoio.

Ao longo do estágio tive oportunidade de acompanhar a Embaixadora de Timor-Leste junto da CPLP e os Diplomatas nas reuniões dos representantes do Comité de Concertação Política e nas reuniões dos Grupos de Trabalho do CCP, onde foram tomadas várias decisões relacionadas com diversas áreas específicas a saber: concertação político-diplomática; promoção da cooperação nas diversas áreas e setores da CPLP e difusão da língua portuguesa. Estes conhecimentos foram muito importantes para o meu desenvolvimento enquanto aluno de Relações Internacionais. De seguida menciona as referidas reuniões onde estive presente.

Tabela 1: Reunião de Comité Concertação Permanente
Fonte: Realizada pelo autor

CCP	Mês	Dia	GT-CCP
246.º	Outubro	28 (quinta-feira)	21 (quinta-feira)
247.º	Novembro	25 (quinta-feira)	18 (quinta-feira)
248.º	Dezembro	16 (quinta-feira)	13 (segunda-feira)
249.º	Janeiro	31 (segunda-feira)	24 (segunda-feira)
250.º	Fevereiro	28 (segunda-feira)	21 (segunda-feira)
251.º	Março	31 (quinta-feira)	24 (quinta-feira)
252.º	Abril	28 (quinta-feira)	20 (quarta-feira)
253.º	Maio	26 (quinta-feira)	19 (quinta-feira)

Comentário político-diplomático / Anotação político-diplomática

Neste estágio tive a oportunidade de desenvolver hábitos de leitura e capacidades de escrita diferenciadas, registando um aumento considerado nos meus conhecimentos de língua portuguesa. A necessidade de escrita constante de relatórios de análise ou reflexão sobre as atividades desenvolvidas para os meus superiores foram muito importantes para o que acabo de referir. Na Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP desenvolvi um conjunto de textos que eram ratificados posteriormente pela supervisora Dra. Andreia Pires, e posteriormente encaminhados para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da RDTL. Os textos elaborados por mim foram:

- Nova Visão Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Confederação Empresarial da CPLP;
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Comentário sobre a eleição presidencial de Cabo-Verde.

Assistência Protocolar

No decorrer do estágio tive a oportunidade de, apesar de não constar na planificação, desenvolver serviço protocolar, onde aprimorei a minha capacidade na vertente diplomática dentro da CPLP o que permitiu aperfeiçoar e adquirir competências na coordenação de assistência protocolar, muito própria de uma Missão Diplomática.

Todos os eventos realizados na Missão Diplomática exigem um roteiro para cumprir um cronograma definido. O roteiro constitui um ritual e protocolo para eventos regidos por regras e normas protocolares. “Protocolo é o implemento de normas previamente fixadas pelo cerimonial e adequadas para o estabelecimento de contatos sociais, tanto por organizações públicas quanto privadas, contendo indicativos para facilitar o convívio formal em sociedade. A aplicação prática e concreta do cerimonial está, pois, no protocolo, que ordena as regras e a execução”. Ideia que é reforçada por Augusto Estellita Lins citada pela Oliveira quando diz que o protocolo é o “Conjunto das normas para conduzir atos oficiais sob as regras da diplomacia tais como a ordem geral de precedência” (Oliveira, 2011).

De seguida menciono os serviços protocolares de que fiz parte, como apoio técnico, assegurando a coordenação entre as Embaixada de Timor-Leste em Lisboa e

MPTL, garantindo uma eficaz gestão de recursos materiais (Transporte, hotéis, sala VIP), articulando com a capital Dili a chegada das várias delegações tais como: delegação do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, Parlamento Nacional da RDTL, Ministério da Agricultura e Pesca, Tribunal de Recurso da RDTL, Procuradoria Geral, Delegação Oficial do Presidente da República na Conferência dos Oceanos.

O objetivo principal dos serviços protocolares é assegurar a disciplina (priorizar o essencial), organização, linguagem e formas de tratamento, registos de cultura, pedagogias e ética e informação (Oliveira, 2011).

Atividades gerais

Plano de Ação Anual da MPTL de 2022

Os objetivos gerais da MPTL são as consultas políticas e diplomáticas entre os Estados membros, ou seja, o fortalecimento da sua presença no cenário internacional a nível da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e cooperação em comunicação social em vários campos.

Neste sentido é importante referir aqui o Plano de Ação Anual (PAA) de 2022, tendo em conta a relação temporal do estágio que realizei. O propósito é mostrar o rumo da MPTL enquanto instituição diplomática. A concertação político-diplomática na CPLP e promoção da cooperação entre a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa e promoção e Difusão da língua portuguesa no mundo são pilares importantes na agenda da MPTL e da CPLP.

O Plano de Ação Anual é feito pela Missão Diplomática, de acordo com as suas prioridades de política externa de Timor-Leste. Em 2022 a MPTL foca-se nos objetivos gerais já definidos: concertação político-diplomático com a comunidade dos países de língua portuguesa, promoção da cooperação das diversas áreas e setores e difusão da língua.

Neste ano verificou-se a concertação com a CPLP onde o trabalho em conjunto visou um maior apoio internacional. Esta união aumenta o poder de visibilidade e de negociação, sendo, então, uma aposta positiva. Também se pode referir a participação de Timor-Leste nos projetos de desenvolvimento social, económico e cultural o que ajuda também a parte promocional. Ainda podemos referir os benefícios retirados do Instituto Internacional de Língua Portuguesa onde se registaram atividades importantes como a

implementação do portal do professor, desenvolvimento do vocabulário nacional e do vocabulário ortográfico comum entre os Estados membros

Análise crítica e reflexiva do Estágio

A realização do estágio curricular na Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP em Lisboa permitiu conhecer melhor o funcionamento diplomático e desenvolveu em mim um conjunto de competências profissionais que contribuíram para a minha decisão de enveredar por uma profissão dentro desta área. O resultado deste estágio não poderia ser mais profícuo. Adquiri experiência em diferentes áreas, desenvolvi competências num ambiente técnico e muito profissional e avaliei a necessidade e importância dos conhecimentos teóricos adquiridos na Universidade. Enquanto ser humano cresci bastante e desenvolvi competências transversais no que diz respeito ao relacionamento interpessoal, autoconfiança, disciplina, métodos de trabalho e capacidade de integração em grupos e equipas de trabalho.

Como pontos fortes deste meu estágio realço as seguintes situações:

- Acolhimento perfeito;
- Disponibilidade dos Diplomatas e colegas para me ensinarem a trabalhar como membro da equipa;
- Oportunidade de aceder a documentos e informações mais reservadas;
- Desenvolvimento de competências profissionais e organizacionais;
- Desenvolvimento e crescimento linguístico;
- Aperfeiçoamento e aumento das capacidades comunicativas;
- Participação em atividades e iniciativas relacionadas com a CPLP e MPTL.

De uma outra forma senti como fatores menos positivos alguma dificuldade no conhecimento mais aprofundado da língua portuguesa, mas o facto permitiu-me aumentar consideravelmente o meu vocabulário. Refiro também que tive alguma dificuldade inicial em me adaptar a certas tecnologias existentes. Esta situação foi melhorada à medida que me senti mais integrado e familiarizado com o ambiente de trabalho.

As oportunidades decorridas do estágio foram elevadas e muito positivas e queria destacar as seguintes:

- Possibilidade de trabalhar com personalidades distintas do ramo político, sobretudo com Diplomatas e Embaixadores;

- Possibilidade de conhecer e trabalhar com personalidades da CPLP do ramo Político-diplomático;
- Oportunidade de relacionamento profissional com Altas Entidades do meu país;
- Organização de eventos em colaboração com a Embaixada da RDTL em Lisboa, nos dias importantes para o país e organização de eventos para a comunidade Timorense em Lisboa;
- Possibilidade de acompanhamento da Senhora Embaixadora e da sua equipa em diversas reuniões e ocasiões relacionadas com a CPLP;
- Desenvolvimento de relações interpessoais e profissionais.

No seguimento do que tenho vindo a refletir, apenas me resta reforçar que o estágio foi uma mais-valia para o meu desenvolvimento prático e profissional, que superou em todas as dimensões as metas inicialmente propostas. Foi uma boa época de formação que vai certamente influenciar a escolha do meu futuro profissional. Continuar a investigação nesta área e desenvolver outras temáticas relacionadas com ela poderá vir a ser também uma atividade que gostaria de continuar a realizar. A Missão Diplomática de Timor-Leste junto da CPLP em Lisboa foi brilhante no acolhimento e partilha de experiências e nos ensinamentos prestados, motivo pelo qual considero que o resultado foi muito positivo.

Página em Branco

Considerações Finais

A Missão Diplomática de Timor-Leste junto da CPLP é o título do relatório que ora apresento tendo como base o estágio realizado nesta instituição, durante o ano letivo de 2021/2022. Esta instituição está localizada em Lisboa e tem como objetivo principal representar Timor-Leste no foco dos temas referentes à CPLP.

A CPLP, como já referi anteriormente, é um espaço que permite a união entre Estados diversificados, que têm em comum a língua portuguesa e seus laços históricos. Complementa as relações históricas e desenvolve a cooperação entre todos eles, sobretudo no que respeita às temáticas da Educação, Saúde, Economia, Cultura e bem-estar dos cidadãos envolvidos. É uma Missão Diplomática, por isso a diplomacia é um fator presente e essencial.

A diplomacia constitui-se em atos praticados pelos atores nacionais e internacionais que mantêm a sua interação de uma forma pacífica, procurando soluções através de negociações e compromissos. O oposto da prática diplomática são as pressões exercidas pelo uso da força e da sanção (esta última maioritariamente económica). A existência da diplomacia tem sido ao longo do tempo um instrumento de política externa, usado com a finalidade de manter a paz entre todos os Estados.

Timor-Leste é um país pequeno e a única arma que tem para se promover/importar juntos de outros países, é a diplomacia. Deste modo está a tentar inserir-se em várias organizações internacionais como forma de manter a sua segurança. Por isso deve apostar o quanto antes na sua diplomacia *soft power*, introduzindo a sua cultura em outros contextos, divulgando os seus costumes e valorizando o facto de ser o único país da Ásia a falar português, o que pode ser atraente para os falantes do português de outros países. Ainda neste sentido, Timor-Leste precisa e deve desenvolver algumas questões internas, tais como infraestruturas, saúde, educação, cultura, turismo, como forma de poder atrair turistas e deste modo ganhar visibilidade no mundo inteiro. O facto de ser também um país asiático onde o cristianismo está mais enraizado e é mais evidente, é naturalmente um fator a considerar pelos cristãos em turismo.

Para que a diplomacia funcione, alguns autores referem a necessidade de se terem em conta alguns aspetos específicos, que Timor-Leste está a considerar, e que vou enunciar: De acordo com Gomes existe um conjunto de aspetos a considerar, e que vou enunciar, de acordo com Gomes

Reforçar os seus pontos vulneráveis; Procurar alianças e apoios que compensem a debilidade relativa; Não se isolar no relacionamento com o parceiro mais poderoso e procurar que formas de integração ou associação com o país mais forte se dêem apenas em conjuntos mais

vastos; Não criar, em relação a esse parceiro, dependências excessivas ou exclusivas; Conhecer os limites do relacionamento aconselhável e, dentro destes limites, manter relações cordiais, amigas, até íntimas; Não irritar, desnecessariamente, o país com mais força nem provocar a sua inveja ou cobiças desnecessárias; Tirar partido do direito internacional e dos princípios das organizações internacionais em que se está integrado para dar cobertura moral e jurídica aos interesses nacionais; Conhecer bem o adversário e não tentar explorar as suas fraquezas internas nem contar demasiado com a sua boa vontade ou respeito pela legalidade internacional. (Gomes G. S., 1990, p. 70)

Assim aconteceu no processo da independência de Timor-Leste, onde Portugal e Indonésia tiveram um papel importante. A questão de Timor-Leste pode ser encarada como um exemplo para os países, onde a importância da prática diplomática foi sempre um aspeto essencial. Pode-se dizer que a independência de Timor-Leste não foi alcançada pelo uso da força, mas sobretudo através do diálogo, no qual a persistência do povo Maubere também esteve presente. Em suma, a diplomacia foi um fator crucial que fez nascer um novo país democrático, no início do presente século.

Os benefícios da participação de Timor-Leste na CPLP dividem-se em três períodos: antes da restauração da independência, após a independência e nos projetos de futuro. Recordou-se que na luta pela restauração da independência de Timor-Leste, o apoio dos países da CPLP foi decisivo nas negociações internacionais em prol do direito inalienável do povo à sua autodeterminação.

O potencial geopolítico da CPLP, enquanto plataforma diplomática, cultural e económica, resultou da afirmação crescente dos Estados-Membros na arena internacional, tornando a Organização num importante ponto de atração internacional. Conta atualmente com 32 Observadores Associados.

A MPTL-CPLP foi instituída em janeiro de 2009 e Timor-Leste é o terceiro Estado-Membro a estabelecer-se em Lisboa, numa Missão Permanente junto da CPLP, com o objetivo de se focar essencialmente nos temas referentes à CPLP.

O estágio curricular efetuado nesta instituição proporcionou a aquisição de conhecimentos diversificados sobre a área diplomática, os objetivos e atividade da CPLP e mais concretamente do funcionamento da Missão Diplomática, onde tive a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na Universidade e aprender, em contexto de trabalho, o desempenho de uma profissão na área da diplomacia. Através das diversas atividades desafiantes em que trabalhei ativamente, desenvolvi sobretudo as capacidades de trabalho individual e em grupo, em diversas áreas técnicas. A MPTL mostrou-me como realmente funciona, na prática, uma instituição diplomática e o

quanto nela podemos aprender. No capítulo 3, relativo à análise crítica e reflexiva do meu estágio, tive a oportunidade de registar os pontos fortes desta etapa formativa. Saliento então o acolhimento, os ensinamentos e partilha de conhecimentos, a integração em grupos de trabalho ou equipas de trabalho, as oportunidades de aceder a documentos reservados, o desenvolvimento linguístico, aperfeiçoamento das capacidades comunicativas, possibilidade de conhecer e trabalhar com personalidades distintas do ramo diplomático da CPLP, organização de eventos culturais, acompanhamento da Senhora Embaixadora e sua equipa, e desenvolvimento de relações interpessoais e profissionais. Todas estas oportunidades e atividades desenvolvidas permitiram a aquisição de um conhecimento prático, uma preparação aprofundada e diversificada, que despertou em mim a vontade de continuar a aprofundar outros temas relacionados, isto é, fazer investigação, e ao mesmo tempo pensar, em concreto, num futuro profissional na área diplomática.

Finalmente, a realização deste estágio permitiu verificar a importância do trabalho desenvolvido nesta Missão, o qual, deveria usufruir de uma divulgação mais pormenorizada e constante das atividades efetuadas, para que a comunidade timorense, ou mesmo os outros membros da CPLP tivessem conhecimento. A elaboração de uma página oficial da Missão, nas redes sociais, a meu ver, permitiria uma informação mais atualizada e uma divulgação maior da cultura timorense. A propósito, não podemos esquecer que a comunidade universitária timorense, em Portugal, é, sem qualquer dúvida, uma verdadeira divulgadora e promotora da cultura timorense. Uma aposta nas novas tecnologias e do seu efeito divulgador e unificador em termos informativos, enriqueceria, também, todo o trabalho desenvolvido pela MPTL.

Referências bibliográficas

- Cahen, M. (2015). *1996-2016 – A CPLP, uma organização para quê?* Portuguese studies review 23.
- CAVR. (2005). *Relatório de Comissão de Acolhimento, verdade e Reconciliação (CAVR)*.
- Coelho, M. d. (2018). *Timor-Portugal : Relações Complexas no Século XX*. Universidade de Lisboa, Faculdades de Letras.
- CPLP. (19 de 07 de 2022). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* . Obtido de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Consultado em 23 de maio de 2022
- CPLP. (s.d.). *Comunidades dos Países de Língua Portuguesa* . Obtido de Observadores Associados: <https://www.cplp.org/id-2765.aspx>. Consultado em 13 de maio de 2022
- CPLP, E. d. (1996). *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Obtido de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf. Consultado em 15 de junho de 2022
- CPLP, S. E. (13 de 01 de 2009). *Secretário Executivo da CPLP*. Obtido de <https://www.cplp.org/id2442.aspx?PID=6904&M=NewsV2&Action=1&NewsId=651¤tPage=45>. Consultado em 4 de maio de 2022
- Elaine Capizzi, H. H. (2012). *FRETILIN and the struggle for independence in East Timor*.
- Enciclopédia. (1945). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* . Lisboa, Rio de Janeiro : Editorial Enciclopédia Limitada . Consultado em 9 de abril de 2022
- Freixo, A. d. (2006). *Dez anos da CPLP : As Prespetiva de Interação do Mundo de Língua Portugeusa*. Cena Internacional–Revista de Análise em Política Internacional. Ano, 8, 35-54.
- Gimenez, J. S. (2018). *Um outro Olhar Sobre a Comunidade dos Países de Língua Portugresa (CPLP): Construindo a superação, transformando em cooperação*. Brasil: Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº16.
- Gomes, G. S. (1990). A Política Externa e a Diplomacia numa estratégia nacional. 55.
- Gomes, G. S. (1990). *A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional*. Nação e Defesa .
- Gomes, J. J. (2010). *A internacionalização da questão de Timor-Leste*. Relações Internacionais .

- Gorjão, P. (2002). *O fim de um ciclo: As políticas externas da Austrália e de Portugal em relação a Timor-Leste*. Análise Social .
- Governament, A. (12 de maio de 2022). *Development assistance in Timor-Leste*. Obtido de Australian Government- Department Of Foreign Affairs and Trade : <https://www.dfat.gov.au/geo/timor-leste/development-assistance/development-partnership-with-timor-leste>. Consultado em 31 de maio de 2022
- Ilharco, M. M. (2003). *18 anos da CPLP: Os desafios do futuro*.
- Imperial, J. A. (2016). *A CPLP e a Cooperação para o Desenvolvimento : em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados membros Um exemplo: Angola*. Lisboa.
- Infopédia. (12 de maio de 2022). Obtido de Infopédia, Dicionário Porto Editora : [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$australia?intlink=true](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$australia?intlink=true). Consultado em 31 de abril de 2022.
- Lamarca, C. (2003). *A Política Externa Australiana para o Timor Leste (1975-1999)* . Rio de Janeiro.
- Leitão, A. (2015). *As relações entre Portugal e Timor-Leste : da descolonização aos desafios no pós- intervesionismo*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lopes, M. R. (2014). *Consolidação da paz numa perspetiva crítica: O caso de Timor-Leste*. Coimbra : Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Lusa, A. (2017). *Timor-Leste lidera Índice da Democracia no sudeste asiático*. Observador . Consultado em 12 junho de 2022
- Mangku, D. G. (2017). *The Efforts of República Democrática de Timor-Leste to be a member of A ssociation of Southeast Asian Nations (ASEAN) ans take active role in maintaning and creating the stability of security in southest asia*. Ganesha University of Education Bali Indonesia: South East Asia Journal of Contemporary Business, Economics and Law.
- Martins, A. (4 de Novembro de 2019). *RTP Notícias*. Obtido de RTP Notícias: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/diplomata-portugues-que-negociou-o-referendo-de-1999-soubemos-dar-voz-a-timor_n1178561. Consultado em 24 de novembro de 2021
- Media, C. (07 de junho de 2004). *TIMOR LESTE AINDA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA*. Obtido de <https://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/timor-leste-ainda-luta-pela-independencia>. Consultado em 25 de novembro de 2021.

- Mendes, N. C. (2009). *Dilemas identitários e fatalidades geopolíticas: Timor-Leste entre o Sudeste Asiático e o Pacífico-Sul*. Dili, Timor- Leste: Universidade Nacional Timor-Lorosa'e.
- MPTL, M. P.-L. (2021). *Regulamentos de trabalho interno da Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP*. Lisboa.
- Oliveira, M. d. (2011). *Ceremonial, Protocolo e Etiqueta*. Instituto Federal de Educação,Ciência e Tecnologia - Parána: E-Tec Brasil .
- Pereira, E. S. (2013). *Diplomacia regional: O caso da ASEAN*. National University of Timor- Lorosa'e (UNTL).
- Ramos, A. C. (2014). *Relatório de Estágio Embaixada de Portugal em Paris* . Universidade da Beira Interior .
- Silva, M. B. (2014). *Pólis e Pólítica: A Busca Pela Ação na Grécia Antiga* . Oficina do Historiador.
- Sousa, I. C. (2013). *China, Macau e Timor-Leste: História Desenvolvimento*. Lusofonia.
- Spécie, M. R. (Novembro 2006). Política Externa como Política Pública : Uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). *Revista Sociologica e Política Curitiba*, 125-143.
- Talesco, C. (2013). *Foreign Aid to Timor-Leste and the Rise of China*. Hong Kong Polytechnic University.
- Tatoli. (16 de julho de 2021). *Timor-Leste na CPLP: Benefícios no Passado, Presente e Futuro*. Obtido de Tatoli- Agência Noticiosa de Timor-Leste: <http://tatoli.tl/pt/2021/07/16/timor-leste-na-cplp-beneficios-no-passado-presente-e-futuro/>. Consultado em 24 de junho de 2022.
- Tenório, G. I. (2018). *O Papel do multilateralismo e da UNO na construção do mundo pós-1945: as dificuldades de implementação*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.
- Timor-Leste, C. d. (2002). *Artigo 8º (Relações internacionais)*. Timor-Leste.
- Vasconcelos, P. C. (2011). *Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste* . Braga : Direitos Humanos-Centro de Investigação Interdisciplinar Escola de Direito da Universidade do Minho Campus de Gualtar, Braga.
- Viena, C. d. (1961). *Convenção sobre Relações Diplomáticas-Decreto-Lei n.º 48295 Convenção sobre Relações Diplomáticas*. Viena: Gabinete de Documentação e Direito Comparado .